

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

Programa de Pós-Graduação em Educação

Área de Concentração: Educação Contemporânea

Linha de Pesquisa: Representações Sociais e Práticas Educativas.

JOSÉ CARLOS MIRAGLIA MAGALDI

Surdez e Inserção Profissional: representações sociais de universitários surdos.

Rio de Janeiro

2011

JOSÉ CARLOS MIRAGLIA MAGALDI

Surdez e Inserção Profissional: representações sociais de universitários surdos.

Dissertação apresentada à Universidade Estácio de Sá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rita de Cássia Pereira Lima.

Rio de Janeiro

2011

M188 Magaldi, José Carlos Miraglia

Surdez e inserção profissional: representações
sociais de universitários surdos. / José Carlos Miraglia
Magaldi. – Rio de Janeiro, 2011.

90 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação)–
Universidade Estácio de Sá, 2011.



Universidade Estácio de Sá
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A dissertação

**SURDEZ E INSERÇÃO PROFISSIONAL:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS SURDOS**

elaborada por

JOSÉ CARLOS MIRAGLIA MAGALDI

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Rita de Cássia Pereira Lima
Presidente
Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Pedro Humberto Faria Campos
Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Sergio Corrêa Marques
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A minha mulher e companheira, Mirna Salomão,
parceira de todas as horas, o nosso amor,
nossos sonhos, lutas e conquistas!

Nossa viagem, nossa tribo:
Aos filhos Thiago, Raphael, Fabio, Inti, Camila,
Beatriz e Fernanda, meu genro Marcos
e netinho Guilherme,
a bisavó Olga (minha querida mãe)
e meu pai, amigo e grande mestre
Raphael Magaldi (In memoriam),
a prima Nilza,
aos sogros queridos Abdo e Nair
a nossa grande família e amigos!

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Nacional de Educação de Surdos e amigos pela parceria e incentivo.

Aos intérpretes de Libras Amauri e Luiz Eduardo.

Aos colegas de trabalho do INES que participaram mais diretamente dessa viagem: Ana (Diepro), Emeli, Irla, Leila Couto, Maria Inês, Simone Conforto, colegas do Departamento de Ensino Superior e da equipe da educação profissional da qual faço parte.

Aos professores do mestrado pelo rigor e compromisso com o saber.

A Prof^a. Dr^a. Rita Lima minha professora e orientadora que, no enfrentamento dos mares tortuosos, nos conduziu ao porto de chegada numa viagem repleta de saber.

Aos professores Dr. Tarso e Dr. Pedro pela singularidade na arte de ensinar.

A Prof^a. Dra^a. Alda Mazzotti, uma referência, uma trajetória de vanguarda, foi uma honra ter participado do projeto.

A prima surda Nilza pela oportunidade de conhecer o mundo surdo, sua beleza, lutas e pelos amigos surdos queridos, obrigado a vocês!

QUE TRATA DA PRIMEIRA SAÍDA QUE DE SUA TERRA FEZ O ENGENHOSO DOM QUIXOTE

“Concluídos, pois, todos estes arranjos, não quis retardar mais o pôr em efeito o seu pensamento, estimulando-o a lembrança da falta que estava já fazendo ao mundo a sua tardança, segundo eram os agravos que pensava desfazer, sem-razões que endireitar, injustiças que reprimir, abusos que melhorar, e dívidas que satisfazer. [...] quando o famoso cavaleiro Dom Quixote de la Mancha, deixando as ociosas penas (*colchões de pena*), se montou no famoso cavalo Rocinante e começou a caminhar pelo antigo e conhecido campo de Montiel.”

(Cervantes, 1615/2002, p. 34-35)

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo investigar representações sociais de universitários surdos sobre inserção profissional. O estudo enfatizou as relações sociais do trabalhador surdo, baseou-se em trabalhos envolvendo educação e inserção profissional de surdos e teve como referência teórico-metodológica a Teoria das Representações Sociais (TRS). Foi realizada no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2010. Os participantes foram dezesseis alunos das faculdades de Pedagogia e Letras Libras com experiência formal de trabalho. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, filmadas com áudio e realizadas com a mediação de um intérprete proficiente em Língua de Sinais (LIBRAS). Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo temática, que favoreceu a identificação de três unidades temáticas ligadas à inserção profissional de surdos: Trabalho, Comunicação e Direitos Sociais. Os significados expressos nas entrevistas indicam o conflito entre duas posições que podem explicar a ancoragem da representação social dos sujeitos sobre inserção profissional de surdos: por um lado, entre as pessoas que se comunicam majoritariamente em língua portuguesa dominante no ambiente de trabalho parece prevalecer a visão clínica da surdez em que o surdo é visto como deficiente; por outro lado, entre os surdos prevalece o enfoque mais atual identificado com as culturas surdas, o do bilinguismo no modelo antropológico defendido pela comunidade surda estudada. O estudo destaca a luta expressa no movimento social de surdos por uma nova arquitetura da educação escolar na qual esses sujeitos possam ocupar espaços de poder até então ocupados pelos ouvintes.

Palavras-chave: Surdez; Inserção profissional; Representações sociais; Universitários surdos.

ABSTRACT

This research has aimed to investigate social representations of deaf college students on employability. The study emphasized the social relations of the deaf worker, was based on works involving education and employability of the deaf and used the Theory of Social Representation as reference. It was conducted at the National Institute of Education of Deaf (INES) in the city of Rio de Janeiro. The participants were sixteen students of the faculties of Pedagogy Language Libras with formal work experience. It was conducted semi-structured interviews, recorded with audio and performed with the mediation of an interpreter proficient in Brazilian Sign Language. The data were analyzed by the thematic contents that favored to identify three thematic units connected to the employability of deaf: Work, Communication and Social Rights. The meanings expressed in the interviews indicate the conflict between two positions that may explain a representation of social anchorage of the participants about employability of deaf: in one hand, between people who communicate mainly in the dominant language in the workplace seems to be prevailing clinical view deafness, as the deaf are viewed as deficient; on the other hand between the deafs prevail the more actual focus that characterize this group, the bilingualism in the anthropologic model defended by deaf community studied. The study highlights the struggle expressed in the social movement of deaf people for a new about a new architecture school education in which these people may occupy positions of power until then occupied by the listeners.

Keywords: Deafness, Employability, Social Representations, Deaf College Student.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Participantes da pesquisa..... | 41 |
| Figura 2: Idade dos universitários..... | 41 |
| Figura 3: Estado civil..... | 42 |
| Figura 4: Grau de surdez..... | 42 |
| Figura 5: Causas da surdez..... | 42 |
| Figura 6: Participação social, política e religiosa..... | 43 |
| Figura 7: Faculdade cursada..... | 44 |
| Figura 8: Formação superior..... | 44 |
| Figura 9: Situação ocupacional..... | 44 |
| Figura 10: Promoção no trabalho..... | 45 |
| Figura 11: Saída do trabalho anterior..... | 46 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Caracterização sócio profissional dos entrevistados | 40 |
| Quadro 2: Cargo atual..... | 45 |
| Quadro 3: Tempo de trabalho atual..... | 45 |
| Quadro 4: Local de trabalho atual..... | 45 |
| Quadro 5: Cargo anterior..... | 46 |
| Quadro 6: Tempo de trabalho anterior | 46 |
| Quadro 7: Local de trabalho anterior..... | 46 |
| Quadro 8: Núcleo figurativo da representação social..... | 74 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Tema: Inserção Profissional de Surdos – TRABALHO..... | 47 |
| Tabela 2 – Tema: Inserção Profissional de Surdos – COMUNICAÇÃO..... | 62 |
| Tabela 3 – Tema: Inserção Profissional de Surdos – DIREITOS SOCIAIS..... | 69 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 14 |
| 2. EDUCAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DE SURDOS | 23 |
| 2.1 – O INES como referência..... | 23 |
| 2.2 – Legislação e Inserção Profissional de Surdos..... | 27 |
| 3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA PONTE PARA O PENSAMENTO SOCIAL DE SURDOS UNIVERSITÁRIOS | 31 |
| 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 36 |
| 4.1- Campo e sujeitos da pesquisa..... | 36 |
| 4.2- Coleta de dados..... | 37 |
| 4.3- Análise dos dados..... | 38 |
| 5. RESULTADOS | 40 |
| 5.1- Perfil dos participantes..... | 40 |
| 5.2- Análise de Conteúdo Temática dos Entrevistados | 47 |
| 5.3- Universitários Surdos e Inserção Profissional: em busca do núcleo figurativo da representação social..... | 72 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 77 |
| REFERÊNCIAS | 81 |
| ANEXOS | 86 |
| 1- Autorização do CONEP/CEP | 86 |
| 2- Autorização do INES | 87 |
| 3- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... | 88 |
| 4- Formulário para Caracterização de Perfil Sócio Profissional..... | 89 |
| 5- Roteiro de Entrevistas Semi-Estruturada Individual..... | 90 |

Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.

Romanceiro da Inconfidência – Cecília Meireles

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi realizada por um Assistente Social que desde 1994 atua no campo da Educação Profissional de pessoas surdas. Minha formação de assistente social orientada pelo projeto ético-político e profissional da categoria tem em seus princípios a luta pela garantia de direitos sociais de qualquer cidadão ou grupo social (BRASIL, 1993). Esse referencial que orienta meu exercício profissional me situa no coletivo dessas pessoas com o compromisso principal de intervir na efetivação de direitos constitucionais representados, dentre outros, pelo art. 205 da Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988):

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Não pretendemos aprofundar questões específicas da educação de surdos a partir de concepções pedagógicas em escolas e sala de aula porque professores nossos colegas do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) já o fizeram (LEITE, 2004; FAVORITO, 2006; CONFORTO, 2007; ROCHA, 2010 e outros). Nosso caminhar ultrapassou os muros da escola e foi encontrar o surdo no mundo do trabalho.

A inserção profissional de surdos tem se constituído em objeto de estudos e pesquisas em todo o país. Esses estudos mostram um contexto profissional muito complexo, repleto de tensões e conflitos (REIS, 2006; SILVEIRA, 2007 e SHIMONO, 2008). Historicamente as pessoas surdas foram excluídas do trabalho formal nas empresas, entretanto, a partir de lutas e conquistas empreendidas por este segmento, particularmente no final do século XX, esse fenômeno social vem se transformando lentamente.

Reis (2006, p. 93), em seu estudo com surdos trabalhadores da Zona Franca de Manaus, identificou as seguintes barreiras enfrentadas no trabalho: “baixo nível

de escolaridade, ausência do acesso a comunicação no local de trabalho, formação profissional incipiente, perspectiva da deficiência”. Essas questões vivenciadas pelos trabalhadores surdos de Manaus se assemelham às dificuldades encontradas pelos trabalhadores (pessoas com deficiência em geral, incluindo surdos) de São Paulo, apontadas por Shimono (2008, p. 12), que relacionamos a seguir: “preconceito, discriminação, falta de credibilidade nas competências laborais, constrangimento no relacionamento gerado pela falta de convívio, condições precárias de acessibilidade”, que segundo a autora, somam-se à falta de qualificação profissional e ao baixo nível de escolarização.

Silveira (2007, p.8) realizou estudo com surdos trabalhadores do Distrito Federal, particularmente sobre a inclusão profissional e representações sociais do trabalho por surdos empregados, desempregados e por empregadores. Os resultados da análise das entrevistas foram agrupados em quatro categorias, das quais selecionamos duas: “Significados do trabalho - coisa boa, que proporciona aprendizagem e um futuro melhor, ter determinação, ter oportunidade de crescer e progredir na vida” e “Dificuldades em conseguir e permanecer no emprego - dificuldades de obtenção do primeiro emprego, preconceito das pessoas, dificuldades na comunicação relacionadas ao cumprimento de tarefas.”

Os significados atribuídos ao trabalho pelos surdos do Distrito Federal demonstram a perspectiva de inserção e participação social desse segmento e descarta um posicionamento passivo e dependente de benefícios assistenciais. No entanto, na categoria “Dificuldades em conseguir e permanecer no emprego” se manifesta o alto índice de rotatividade, desemprego, dificuldades de ascensão funcional, baixa remuneração e empregabilidade concentrada nas funções de serventes e auxiliares.

Esse panorama da situação do trabalhador surdo apontado nos estudos realizados em Manaus, São Paulo e Distrito Federal indicam que a inserção profissional desse segmento de pessoas é complexa e desigual. No Brasil, a surdez, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS¹) Lei – nº. 10.436/02 (BRASIL, 2002) e a

¹A Língua de Sinais é um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria e complexa, com regras fonológicas, morfológicas, semânticas, sintáticas e pragmáticas. [...] Cada país tem a sua própria língua que vem a se constituir em específicas condições sociais, políticas e culturais. ROCHA (2008, p. 41).

autonomia da pessoa surda estão envoltos numa atmosfera de desinformação muito acentuada que tem gerado situações de preconceito² no mundo do trabalho, principalmente se a surdez for relacionada exclusivamente com deficiência (SHIMONO, 2008). O vocábulo deficiência, que significa “insuficiência; falta; imperfeição” conforme Nascentes (1993, p. 269), associado à incapacidade de ouvir e falar fluentemente contribuiu negativamente para a construção da imagem profissional desses sujeitos que, ao contrário, se percebem como pessoas “normais”, capazes e não com a falta ou deficiência de alguma função (CONFORTO, 2007).

Na história de vida dos surdos há relatos de que, na Antiguidade, estes eram enquadrados entre os deficientes e atirados de penhascos (SÁ, 2006). Na educação de surdos, devido à tradição oralista, abordagem educacional que enfatiza a fala e a amplificação da audição e rejeita o uso da língua de sinais, os mesmos sofreram com a imposição e o ajustamento à comunicação oral, inerente às pessoas ouvintes. Por exemplo, há registros que, para não se comunicarem em sinais, já tiveram até mãos amarradas (Ibid., 2006). Nessa perspectiva, o que se espera é um surdo que possa falar e fazer leitura labial para ser uma pessoa “normal” como as demais ouvintes.

A visão clínica da surdez, com ênfase no ensino da língua oral, é questionada pelos surdos ao ser considerada isolada do contexto sócio histórico (SKLIAR, 2010), da luta dos sujeitos surdos no mundo e pelo respeito às culturas e identidades surdas. De acordo com Perlin (2010, p. 55):

O estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, pois imobiliza-o a uma representação contraditória, a uma representação que não conduz a uma política da identidade. O estereótipo faz com que as pessoas se oponham, às vezes disfarçadamente, e evitem a construção da identidade surda, cuja representação é o estereótipo da sua composição distorcida e inadequada.

² Segundo Camino & Pereira (no prelo apud LACERDA et al., 2002, p.166) “[...] o preconceito pode ser definido como uma forma de relação intergrupar onde, no quadro específico das relações de poder entre grupos, desenvolvem-se e expressam-se atitudes negativas e depreciativas além de comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de um grupo por pertencerem a esse grupo”.

A concepção de surdez na perspectiva da deficiência, que se refere a um “modelo clínico e assistencialista, baseado na perspectiva do déficit” (SÁ, 2006, p. 77), tem dificultado e impedido que esses sujeitos conquistem espaços diferenciados e prestigiados socialmente na escola e no mundo do trabalho. Tal perspectiva reforça ideias estereotipadas a respeito da condição dos surdos, não contribuindo para a emancipação social e política desse segmento. Pelo contrário, estimula a dependência e a tutela.

Em outra concepção, a abordagem da educação bilíngue (Libras e Português), a língua de sinais é adotada como primeira língua, em uma perspectiva multicultural que considera e valoriza a produção cultural desses sujeitos (FAVORITO, 2006). Ela reafirma a identidade das pessoas surdas que se autodenominam surdos, pertencentes a um segmento de minoria linguística e cultural, imersos na vida social onde há hegemonia de culturas ouvintes.

Essa concepção de surdez baseia-se na diferença linguística e validação das identidades³ surdas e das comunidades surdas (PERLIN, 2010) que lutam para garantir direitos de se expressarem livremente em sua língua natural, a LIBRAS, na família, na escola, no trabalho e na vida social como um todo. Esse sentimento e atitude coletiva vêm se consolidando junto a essa população, se contrapondo ao pensamento tradicional, impregnado de tutelas frequentemente sutis ainda muito presentes nas relações sociais que envolvem esses sujeitos. Como afirma Sá (2006, p. 303):

A sociedade e muito especialmente a escola são arenas nas quais poderes são exercidos e enfrentados, firmados e contestados, criados e recriados. Tais poderes difusos às vezes são subjetivos, mas outras vezes, objetivos, e são estes que fazem com que certos grupos sociais tenham a primazia sobre outros.

A relação de poder estabelecida nas relações sociais ao longo dos anos em nosso país, iniciando-se na família, se perpetuando na escola e no trabalho, vem inviabilizando a transição de subalternidade dos surdos para a de sujeitos

³Ao se focar a questão da identidade, logo se é remetido à questão da diferença, visto que a identidade cultural só pode ser compreendida em sua conexão com a produção da diferença, que não é outra coisa senão um processo social discursivo (SÁ, 2006 p.123).

emancipados em condições de exercer poder na política, na educação, no trabalho, nas artes e na vida social.

Vários acontecimentos marcaram a trajetória de conquistas das pessoas surdas no Brasil e no mundo. Vale destacar iniciativas de participação de surdos no processo eleitoral vigente no país, na condição de candidatos a cargos eletivos. Outras iniciativas de destaque da pessoa surda no esporte e nas artes vêm crescendo e atraindo um público heterogêneo muito interessado nessas manifestações, demonstrando possibilidades exitosas de inserção e participação social.

No cinema, os surdos vêm participando da produção artística com destaque e premiações⁴, na condição de profissionais sindicalizados como diretor, ator e palhaço. No teatro profissional, os surdos no país, particularmente no Rio de Janeiro de onde falamos, vêm marcando presença artística e política. Nos espetáculos de “teatro surdo”, direcionado ao público em geral, são veiculadas questões do cotidiano desses sujeitos. Como exemplo, a Companhia Teatro Absurdo que, inspirada no Teatro do Absurdo do autor romeno Eugène Ionesco, apresentou a peça a “Lição”, que tratava da “comunicação da pessoa surda”. Esta montagem nos anos de 2002 e 2003 percorreu o circuito carioca de teatro, atingiu o grande público e atraiu uma significativa presença de universitários de cursos de licenciatura, alunos das faculdades de cinema, teatro, serviço social e outras que compareciam com suas respectivas turmas e participavam dos espetáculos na modalidade de atividade extra classe. Esses eventos potencializam o debate político através do entretenimento.

Atualmente o movimento de teatro surdo continua em cena com vários grupos profissionais formados por diretores, atores e coreógrafos surdos que se apresentam no circuito de teatro do Rio de Janeiro e do país: Centro de Integração de Arte e Cultura Surda (CIAC), Teatro Brasileiro de Surdos (TBS), o ponto de cultura Palavras Visíveis do Grupo Moitará (teatro de máscaras) entre outros.

⁴ Foram concedidos os seguintes **prêmios de Melhor Ator** para Valdo Nóbrega (ator surdo) no filme: **O RESTO É SILÊNCIO**. Direção Paulo Halm. Produção: Eduardo Nunes. Rio de Janeiro: Artifício Cinematográfico, 2003. Festivais: Gramado, Cine-PE, Júri no Guarnicê de cinema e vídeo, prêmio OCIC Bahia, vitória cine festival.

Observamos na atualidade, em ambientes sociais onde há prevalência de pessoas surdas, como associações, congressos, seminários, eventos culturais, artísticos e nas dependências do INES, um crescente e vigoroso sentimento de orgulho de ser surdo. Essas manifestações identitárias vêm se consolidando devido a muito esforço e luta dessas pessoas.

A trajetória de luta dos surdos em nosso país e no mundo tem história marcante e repleta de acontecimentos. Descrevemos a seguir dois eventos impregnados do desejo de emancipação política e social dessas pessoas, um dos Estados Unidos da América (EUA) e outro no Brasil. O primeiro ocorreu em 1988 na Universidade Gallaudet, localizada em Washington, que oferece educação para surdos desde a educação básica até o doutorado. Nesta ocasião foi realizado um grande movimento social dos surdos conhecido como *Deaf President Now* (Reitor surdo já!), com protestos nas ruas, resultando na eleição de um reitor surdo e na reforma dos quadros da universidade, que passou a ter 51% dos cargos de direção ocupados por surdos. O outro acontecimento mais recente foi a luta dos surdos brasileiros pelo respeito legal à sua diferença linguística e a direitos sociais básicos, culminando na aprovação do Decreto nº. 5626/05 (BRASIL, 2005), que regulamenta a Lei de oficialização da LIBRAS – nº. 10.436/02 (BRASIL, 2002) e a Lei de Acessibilidade de nº. 10.098/00 (BRASIL, 2000). No Decreto nº. 5626/05 (BRASIL, 2005) está explícito:

Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais-Libras.

A discussão política das pessoas surdas se caracteriza principalmente pela garantia da diferença linguística, reconhecimento das identidades surdas e das culturas surdas, que são construídas pelos surdos que utilizam a Libras nas relações sociais, formando assim uma rede de significados a partir de informações intelectuais, artísticas, técnicas, éticas, jurídicas, estéticas (SÁ, 2006).

De acordo com McCleary (2003, p. 4): “Quando os surdos norte-americanos chegaram à consciência de afirmar seu orgulho de ser surdo, essa mesma trilha já tinha sido desbravada por outros grupos marginalizados”. Essas bandeiras são exaustivamente propagadas por sujeitos surdos na Europa e EUA, em movimentos

sociais gerais e em passeatas específicas. A exemplo do “orgulho surdo” no Brasil pode ser citada a passeata anual realizada na orla de Copacabana no Rio de Janeiro.

A legislação brasileira relativa às pessoas surdas é bastante abrangente. Entretanto, na prática, os direitos previstos ainda não são garantidos. As pessoas surdas têm direito legal à comunicação em Libras por meio de intérprete e de pessoal capacitado, na saúde, educação e nas instituições públicas de âmbito federal (BRASIL, 2005). Porém, diariamente pessoas surdas procuram o Sistema Único de Saúde – SUS (e outros serviços públicos) para atendimento próprio ou de algum dependente e, no momento do atendimento, a comunicação entre o profissional e o usuário não se completa por falta de pessoal capacitado em Libras. Desrespeitam-se os direitos humanos dessas pessoas obstaculizando na prática o acesso a bens e serviços. O decreto de regulamentação da Libras só tem validade nas instituições federais. Portanto, necessita-se da criação de leis nos estados e municípios brasileiros e principalmente do controle social para fazer valer esses direitos também nas instituições estaduais e nas prefeituras. No Rio de Janeiro, o movimento social de surdos participou das discussões e lutas para elaboração e aprovação dessas leis. No entanto, após o tempo previsto na legislação, não ocorreu a efetivação desses direitos à comunicação em Libras na saúde pública, educação, bancos, aeroportos e rodoviárias. Organizados em assembleias, os surdos alunos do INES impetraram ação coletiva junto ao Ministério Público em 2008 para fazer valer esses direitos.

Percebemos assim que em vários setores da vida social a presença da pessoa surda tem se manifestado com destaque na busca pela autonomia, liberdade e igualdade, conforme preconiza o art. 5º. da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988):

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade [...].

A interpretação deste artigo de grande importância no estado democrático de direito não diminui as conquistas legais e demandas específicas desse segmento de pessoas.

Considerando essa conjuntura, a questão profissional emerge como oportunidade dessas pessoas alcançarem uma condição sócio econômica que proporcione uma vida autônoma e independente. A Convenção nº 159/83 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificada no Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 51, de 28 de agosto de 1989 (BRASIL, 1989) e pelo Decreto nº 3.298/99 (BRASIL, 1999) recomenda ações combinadas entre Estado, sociedade civil e empresas para a inclusão profissional de pessoas com deficiência, o estímulo à formação humana e profissional pautada no reconhecimento e legitimação da dignidade humana e a perspectiva de participação social crítica. Como afirma Demo (2006, p. 78), quando se refere ao processo histórico de conquista e exercício da qualidade de ator consciente e produtivo:

[...]Trata-se da formação do sujeito capaz de se definir e de ocupar espaço próprio, recusando ser reduzido a objeto. É fenômeno teórico e prático ao mesmo tempo. Tem momento relevante na tomada de consciência crítica, quando o ser social descobre sua condição histórica, compreendendo que em parte ela é dada, em parte é causada.

A Convenção nº 159 (OIT) também determina a todo país membro a criação de política nacional para impedir a discriminação em emprego e profissão. De acordo com os números de 2007 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do total de 37,6 milhões de vínculos empregatícios formais, 348,8 mil foram declarados como pessoas com deficiência, o que representa menos de 1% do contingente de empregos formais no Brasil, para uma população de 34.580.721 pessoas com deficiências (IBGE, 2000). Os dados indicam um nível de empregabilidade muito baixo e conseqüentemente um elevado nível de desemprego no segmento dessas pessoas. Esse contexto evidencia a falta de oportunidades de trabalho e o baixo nível dessa empregabilidade.

Os surdos universitários, com aumento do grau de escolaridade, passam a ter expectativas diferenciadas de acesso e ascensão profissional nas empresas. No entanto, permanece como obstáculo a comunicação nos locais de trabalho onde se utiliza a língua portuguesa oral e escrita. Neste contexto, algumas questões podem ser colocadas: A esperada melhoria das condições de trabalho e renda compatível com o nível de escolaridade se aplica no contexto de empregabilidade desses trabalhadores universitários? Que dificuldades os surdos universitários encontram no acesso, permanência e ascensão ao trabalho?

Essas questões impactam diretamente na construção do pensamento social desses sujeitos. O convívio social, a circulação de ideias e a respectiva comunicação entre os surdos são muito intensos. Nesse espaço social onde a expectativa de ascensão social por meio da escolarização e do trabalho é eminente, muitas são as representações elaboradas e propagadas. Elas refletem uma rede de significados consensuais em relação ao tema, o que Moscovici (2009, p. 322) chama de conhecimento do senso comum, ressaltando a importância de seu estudo: “É por isso que, quando se estuda o senso comum, o conhecimento popular, nós estamos estudando algo que liga sociedade, ou indivíduos, a sua cultura, sua linguagem, seu mundo familiar.” O autor propõe assim a Teoria das Representações Sociais (TRS), que tem como fundamento o estudo do conhecimento do senso comum no âmbito de uma abordagem psicossocial.

Nesta perspectiva, as representações são fenômenos sociais dinâmicos, presentes na comunicação dos indivíduos e grupos com a função de tornar familiar e prático o conhecimento acerca de um objeto. As representações sociais compreendem o indivíduo (sempre histórico e coletivo), o objeto e o outro na sua inter-relação (JODELET, 2005).

Tendo a TRS como referencial teórico-metodológico, o objetivo geral do estudo é investigar as representações sociais de universitários surdos sobre inserção profissional, destacando suas relações sociais no trabalho. Com base neste objetivo, duas questões de estudo serão privilegiadas: que significados esses sujeitos atribuem à inclusão profissional, permanência e ascensão funcional do trabalhador surdo? Como veem a comunicação no local de trabalho?

Em nossa revisão de literatura não encontramos pesquisas sobre representações sociais envolvendo o trabalhador surdo universitário. Considerando a relevância desse estudo e com a mobilização desses sujeitos, o trabalho poderá contribuir para aprofundar políticas de empregabilidade e programas de educação profissional de surdos e, conseqüentemente, para fortalecer a identidade cultural e profissional desses trabalhadores.

As águias não desprezam a terra, pois nela encontram seu alimento. Mas não são feitas para andar na terra, senão para voar nos céus, medindo-se com os picos das montanhas e com os ventos mais fortes.

A águia e a galinha - Leonardo Boff

2. EDUCAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DE SURDOS

Neste capítulo serão mencionados alguns projetos de educação e inserção profissional do INES, visto que esta instituição é referência nacional da área da surdez, com impacto político, e constitui-se no campo da presente pesquisa. Será incluída a experiência de iniciação profissional no campo das artes desenvolvida por profissionais surdos ligados a educação, teatro, cinema, vídeo e dança. Pretendemos também citar alguns aspectos da legislação e seu impacto na inserção profissional de surdos.

2.1 O INES como referência

A inserção profissional de pessoas surdas tem sido objeto de programas e ações em todo o país. A legislação específica do segmento de pessoas com deficiência e trabalho é extensa: Lei 7.853/89 (BRASIL, 1989), que trata de direitos individuais e coletivos; Lei 8.112/90 (BRASIL, 1990) determinando reserva de vagas em concurso público, Lei 8.213/91 (BRASIL, 1991) determinando reserva de vagas nas empresas e Decreto 3.298/99 (BRASIL, 1999) para modalidades de inserção profissional (GUGEL, 2007).

No estado do Rio de Janeiro, instituições como o INES, instituições ligadas à defesa de direitos das pessoas com deficiência, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e o movimento social organizado de pessoas surdas (Associações de Surdos e Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis) atuam de forma independente junto aos seus usuários nas questões relacionadas ao mundo do trabalho. Eventualmente se articulam no sentido de discutir e encaminhar propostas junto ao poder público e à sociedade civil para viabilizar a inserção profissional da pessoa com deficiência.

O INES é uma instituição conhecida internacionalmente pela sua história na educação de surdos. Fundado em 1857, continuou nos séculos XIX e XX, e na atualidade mantém a missão institucional de produção, desenvolvimento, divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos na área da surdez em todo país, subsidiar a Política Nacional de Educação, promover e assegurar o desenvolvimento global da pessoa surda, sua plena socialização e o respeito as suas diferenças. Contribui ainda na prevenção e detecção precoce da surdez (INES, 2010). Tem ainda como objetivo

[...] capacitação de recursos humanos na área da deficiência auditiva; realização de estudos e pesquisas na área de surdez; elaboração do informativo técnico-científico *Espaço*; articulação institucional através de convênios para estágios de realização de seminários e fóruns permanentes.

A instituição está estruturada em departamentos, coordenações, divisões operacionais, salas de aulas e setores que executam as políticas institucionais. O Departamento Técnico Pedagógico é responsável pela educação básica de alunos surdos, atendimento psicológico, social, médico, odontológico, fonoaudiológico, pela qualificação e inserção profissional de pessoas surdas. O ensino superior é de responsabilidade do Departamento de Ensino Superior responsável pela faculdade Bilíngue de Pedagogia e sedia o polo do curso de Letras Libras na modalidade de ensino a distancia vinculado a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Ao longo da sua história centenária, o INES vem implementando a política nacional de educação de surdos, seu processo de escolarização e de educação profissional. O setor responsável pela qualificação e encaminhamento profissional atende alunos e surdos da comunidade. Essa ação institucional é muito antiga, com vários registros dos quais destacamos um do ano de 1901 da obra de Rocha (2010, p. 125-126):

O regulamento aprovado pelo decreto de nº 3.964 de 23 de março de 1901, assinado pelo então Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Campos Salles, e pelo presidente da República, Epitácio Pessoa, define o ensino no Instituto como *literário e profissional*. [...] Quanto ao ensino profissional, o aluno teria direito a um percentual em média de 50% sobre o produto da venda dos objetos por eles fabricados. Nessa altura as oficinas eram de arte tipográfica, encadernação, douração e de sapataria. O total de alunos matriculados era em torno de cinquenta.

Ao longo dos anos essa ação passou por transformações. Na década de 1990 foi reestruturada com a criação do setor denominado DIEPRO – Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional. Este setor tem dotação orçamentária própria destinada ao custeio de cursos e ações sócio educativas envolvendo os surdos e o mundo do trabalho, com uma meta anual em torno de mil atendimentos entre qualificação e encaminhamento para o trabalho. Atua na execução direta dessas atividades e em parceria com instituições públicas e privadas.

Entre os projetos desenvolvidos por essa divisão podem ser citados: Formação Humana e Trabalho; Jornada de Educação Profissional, Trabalho, Cultura e Cidadania; Capacitação e Empregabilidade Imediata; Atendimento Social e Iniciação a Artes Cênicas, Interpretação para Televisão, Produção de Vídeo e Dança. Todos têm a comunicação bilíngue Libras e Português e são executados por uma equipe composta por um assistente social, um estagiário de serviço social, um assistente educacional surdo. Para o projeto de qualificação no campo das artes, diretores de teatro, atores, coreógrafos surdos e ouvintes e um intérprete em Libras para garantir a comunicação e o entendimento dos usuários.

É também importante mencionar os cursos de iniciação profissional no campo das artes desenvolvidos no INES, que atendem a uma forte demanda reprimida de acesso e produção de arte e cultura de pessoas surdas alunos e da comunidade. Fundamentados na necessidade de dar visibilidade à diversidade cultural dos surdos, reforçar a identidade social desses sujeitos e ampliar as oportunidades de trabalho e remuneração, foram desenvolvidos projetos de iniciação profissional no campo das artes em parceria com organizações sociais e produtores profissionais de arte e cultura da cidade do Rio de Janeiro.

A concepção desses cursos de qualificação profissional privilegiou a participação do profissional surdo ator e diretor de teatro, cineasta, dançarino e coreógrafo, todos surdos usuários da Libras, juntamente com o instrutor ouvinte, representantes de produtoras de televisão, vídeo e cinema, companhia de dança contemporânea e de dança de salão, todos profissionais atuantes na área artística, registrados no sindicato de artistas e técnicos devidamente capacitados para ministrar conteúdos e atividades daquela respectiva formação e com remuneração paritária. Segundo os registros institucionais (INES/DIEPRO, 2004), os cursos

tiveram uma grande aceitação pelos alunos surdos e foram preenchidas todas as vagas oferecidas, com boa frequência. A proposta de unir o profissional surdo com o profissional ouvinte na condição de referência principal e não de coadjuvantes passivos repercutiram muito favoravelmente na adesão dos alunos.

Essa proposta tem respaldo nas recomendações da Comissão de Arte e Cultura da Federação Mundial de Surdos (WFD). Lulkin (2011, p. 39) indica essa atuação conjunta de artistas surdos e ouvintes na produção artística e cultural:

O documento sugere uma atuação conjunta entre artistas profissionais ouvintes e surdos na formação de atores, diretores, técnicos e produtores, buscando uma expressão cultural própria; enfatiza a necessidade de promover a língua de sinais nas manifestações artísticas; solicita pesquisas aprofundadas no campo da história e da cultura dos surdos com a inclusão desses estudos socioculturais no currículo escolar.

Essas foram ações desenvolvidas pelo serviço social no programa de qualificação e encaminhamento profissional do INES (o setor responsável oferece outros cursos rápidos em diversas áreas como informática, de práticas administrativas, artesanais, realiza a preparação para o trabalho através de treinamentos, estágios em empresas e a colocação no mercado formal de trabalho). A educação profissional apresentada necessita uma avaliação sistemática de sua proposta pedagógica e do alcance social de suas ações junto aos surdos no mundo do trabalho. Julgamos pertinente a construção e definição de um projeto político pedagógico para a educação profissional que estabeleça uma relação mais intensa entre o colégio de aplicação do INES e o setor responsável pela execução do programa. Nesse processo de revisão programática os profissionais surdos devem ocupar lugar de destaque.

As ações mencionadas se constituem em material que certamente podem contribuir para aprofundar as variadas possibilidades de formação humana e profissional de surdos e levantar questões para seu aperfeiçoamento. No entanto, essas iniciativas de âmbito institucional necessitam de uma política pedagógica específica para formação dos seus alunos e de surdos usuários do INES. No programa apresentado, a elaboração e execução ficaram restritas a uma divisão de qualificação profissional de cunho operacional sem a participação efetiva e direta dos departamentos da instituição que teriam o poder e as condições para

reformulações necessárias. Essas capacitações, unindo salas de aulas e educação profissional no turno e/ou contraturno das atividades iria certamente superar o caráter eventual dessas iniciativas que sofrem constantes interrupções, exatamente pela inexistência de uma política de educação profissional no instituto.

2.2. Legislação e Inserção Profissional de Surdos

Em um contexto mais amplo, a educação escolarizada em nosso país ainda não contempla as necessidades de educação das pessoas surdas. Apesar da legislação vigente, existe um percentual significativo de surdos fora da escola, sem a formação necessária para uma inserção social digna. A dificuldade do acesso à escola de boa qualidade, a precária formação profissional e o preconceito de grande parcela do empresariado brasileiro, tem repercutido diretamente na empregabilidade das pessoas surdas que estão no mundo do trabalho ocupando cargos de auxiliares e serventes.

As relações de poder estabelecidas no espaço social majoritariamente constituído de ouvintes (SÁ, 2006) junto à falta de conhecimento a respeito da surdez e dos surdos alimentam o preconceito e a discriminação das pessoas com deficiência. Para muitos, pensar na possibilidade de uma cultura minoritária coexistir simultaneamente com uma cultura maior é muito difícil e inaceitável, assim excluem a possibilidade de uma convivência intercultural com manifestações espontâneas e criativas que representem essas diferenças.

Não há um único “mundo dos ouvintes [...] não há um mundo surdo único e nem uma comunidade surda única” (FREEMAN, 1999, p.37). Consideramos, portanto, que a “cultura surda”, ou melhor, “as culturas” (contemplando aí a sua diversidade) possam coexistir naturalmente no espaço social desde que se construa a “acessibilidade” necessária a todos e se superem posições baseadas num etnocentrismo que segrega e exclui.

Em relação ao encaminhamento profissional de pessoas surdas, atualmente existem mais postos de trabalho devido à fiscalização exercida pelos auditores da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e Ministério Público do Trabalho (MPT) junto às empresas, para fazer valer o cumprimento da Lei de Cotas para Deficientes no Trabalho (BRASIL, 1991):

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

| | |
|-------------------------------|-----|
| I - até 200 empregados..... | 2%; |
| II - de 201 a 500..... | 3%; |
| III - de 501 a 1.000..... | 4%; |
| IV - de 1.001 em diante. | 5%. |

Desta maneira, as empresas são obrigadas por lei a contratar pessoas com deficiência conforme o percentual estabelecido, de acordo com o número de empregados existentes no seu quadro de pessoal. A ideia é romper com um ciclo histórico de exclusão do trabalho dessas pessoas e implementar uma cultura do trabalho em nosso país que contemple a acessibilidade das pessoas com deficiência. No entanto, há relatos de auditores do trabalho baseados na experiência de fiscalização no cumprimento dessa lei no Rio de Janeiro, indicando que algumas empresas até optam por arcar com as multas e penalidades aplicadas pela fiscalização, do que contratá-las.

As oportunidades de trabalho surgem com a obrigatoriedade do cumprimento da lei de cotas pelas empresas, não havendo ainda uma disponibilização espontânea de vagas. Quando oferecidas, se concentram nas categorias funcionais, que não exigem maiores especializações, conseqüentemente com oferta de salários mais baixos. Esse quadro indica que a lei não foi absorvida na sua essência e prevalece a lógica do mercado capitalista, dominada pela norma da eficiência econômica. O trabalho humano torna-se uma mercadoria, analisada por Karl Marx nas relações de produção da sociedade capitalista em relação ao caráter social da produção (IANNI, 1980). Neste contexto há que se romper com o processo de exclusão profissional, num primeiro momento com o apoio legal, para que se instale uma nova cultura profissional em que não haja discriminação, paternalismo e se criem condições de acessibilidade para todos, diferentemente do que ainda ocorre atualmente.

As pesquisas anteriormente citadas na introdução (REIS, 2006; SILVEIRA, 2007 e SHIMONO, 2008) apontam para um quadro social do trabalhador surdo com um elevado grau de dificuldades encontradas no acesso, permanência e ascensão

no mundo do trabalho. Dentre as várias dificuldades apontadas, duas são consideradas determinantes nessa relação: o ambiente linguístico predominante no local de trabalho (português - língua nacional falada e escrita) impactando diretamente na comunicação exercida no trabalho e a baixa escolarização/formação profissional do trabalhador.

A baixa “escolarização/formação” da pessoa surda vem se transformando com a inserção de alunos surdos nas universidades brasileiras em cursos presenciais e à distância. O reconhecimento da importância desse processo em nosso país foi a realização em 2010, na Universidade Federal de Santa Catarina, da edição brasileira do evento denominado “DEAF ACADEMICS”, cujo foco principal é o reconhecimento dos surdos acadêmicos no mundo (Austin, Texas, Estados Unidos em 2002; Washington, DC Estados Unidos em 2004; Estocolmo, Suécia em 2006 e Dublin, Irlanda em 2008).

O acesso da pessoa surda ao ensino superior no país vem alcançando patamares bem expressivos não só na graduação, mas também no mestrado e doutorado. Para que esse atual estágio de escolarização do surdo seja fortalecido é necessário a implementação de mudanças que interfiram diretamente nas condições de acessibilidades física, linguística e atitudinais nesses espaços e que a educação fundamental também passe por transformações profundas, principalmente as relacionadas à convivência entre pares surdos e a presença do professor surdo no espaço educacional.

Essa perspectiva emancipatória do sujeito surdo assumindo o destino da educação de seus pares é bem antiga e foi enfraquecida após o congresso de Milão realizado no ano de 1880. Se referindo às decisões desse congresso, Skliar (2010, p.76) ratifica a importância dos professores surdos na condução do processo educacional de seus pares:

Em síntese, a educação se subordinava à conquista da expressão oral pelas crianças surdas, e os adultos surdos, que até então participavam no processo escolar como modelos educativos para as crianças surdas, foram destinados a tarefas menos importantes – como cozinheiros ou técnicos de algum trabalho menor – ou, pior ainda, foram excluídos da escola.

A qualidade da inserção da pessoa surda no mundo do trabalho reproduz esse quadro histórico de subalternidade social, cultural e educacional vivido por

esses sujeitos que de posse dessa consciência social têm condições de transformar esse contexto.

Os aspectos institucionais, educacionais e legais da educação e inserção profissional de surdos expostos nesse capítulo supõem processos simbólicos envolvendo principalmente o surdo universitário. Para aprofundar a questão consideramos a Teoria das Representações Sociais (TRS), apresentada no capítulo seguinte, a mais adequada para investigar os significados atribuídos pelos sujeitos dessa pesquisa à inserção profissional de surdos.

O mar acentuou Pascal, seria muito diminuído se os homens aprendessem a permanecer serenamente encerrado em seus aposentos.

As Portas da Percepção - Aldous Huxley

3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA PONTE PARA O PENSAMENTO SOCIAL DE SURDOS UNIVERSITÁRIOS

Conforme já mencionado, esse estudo será orientado pela Teoria das Representações Sociais (TRS) proposta por Serge Moscovici (1961), autor filiado à corrente do pensamento psicossociológico.

Ao tratarmos de representações sociais partimos do entendimento que a linguagem e os discursos estão repletos de representações de objetos para viabilizar a comunicação social dos sujeitos. Quando nos referimos a um objeto numa conversação, este não está materializado na fala do sujeito e sim na sua representação, que têm a função de substituí-lo. Moscovici (2009, p. 32-33) chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, precisamos de um signo que nos ajude a enfrentar um dilema: o que é e o que não é uma representação. O autor exemplifica essa situação por meio de um quadro de René Magritte⁵. Para o autor, este pintor

ilustrou tal dilema com perfeição em um quadro em que a figura de um cachimbo está contida dentro de uma figura que também representa um cachimbo. Nessa figura dentro da figura podemos ler a mensagem: “Esse é um cachimbo”, que indica a diferença entre os dois cachimbos. Nós nos voltamos então para o cachimbo “real” flutuando no ar e percebemos que ele é real, enquanto o outro é apenas uma representação [...] A ideia de que uma delas é uma figura que está, ela mesma, dentro de uma figura e por isso um pouco “menos real” que a outra, é totalmente ilusória. Uma vez que se chegou a um acordo de “entrar na moldura”, nós já estamos comprometidos: temos de aceitar a imagem como realidade.

Ao propor a TRS, Moscovici (idem, p. 49) faz uma análise crítica do conceito de representação coletiva de Émile Durkheim, sociólogo francês (1859/1917): “[...] no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito,

⁵Importante citar a nota do editor do texto de Moscovici: “Moscovici está se referindo a um quadro de Magritte, que pode não ser tão familiar aos leitores. O famoso quadro data de 1926 e mostra uma simples imagem de um cachimbo com a inscrição “Isso não é um cachimbo”, embaixo na pintura. Em 1966, ele pintou outro quadro chamado *Les deux misteres* (*Os dois mistérios*), em que o quadro de 1966 é mostrado em um cavalete, em uma sala vazia, com uma segunda imagem de um cachimbo flutuando no ar, sobre ele”. (MOSCOVICI, 2009, p. 32-33).

religião, etc.)". O autor amplia a discussão contextualizando-a em outra época, a sociedade contemporânea de meados do século XX, na qual a compreensão da realidade social extrapola a visão durkheimiana de reprodução social. Neste contexto, o autor define uma representação social como:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2009, p. 21).

O interesse de Moscovici em estudar a diversidade das ideias que circulam através de meios difusos de comunicação nas sociedades modernas e que se encontra em processos constantes e acelerados de mudanças se opõe à compreensão estática de representações coletivas de Durkheim. Nas sociedades modernas, o poder é descentralizado e conseqüentemente a vida social mais descentrada, com a existência de uma diversidade muito grande de grupos sociais (Ibid., 2009).

Nessas sociedades estudadas por Moscovici, as ideias são produzidas num contexto social, econômico, político, cultural muito heterogêneo, constituído por forças divergentes, representativas de segmentos diferentes, com interesses e demandas impregnando as relações sociais e instituindo poder nessas relações. Os meios de comunicação social fazem com que a circulação das ideias aconteça numa intensidade e velocidade muito grande.

As representações estão sempre presentes na interação social entre as pessoas e grupos. Na perspectiva da TRS, o pensamento de um sujeito está condicionado por representações, linguagem e cultura. Percebemos assim a realidade social e o que as convenções desses contextos do qual pertencemos nos permitem ver. Segundo (JODELET, 2005, p. 47):

Encontramos no modelo seminal de Moscovici elementos que, corroborados a diversos títulos no campo recentemente desenvolvido em torno das representações, constituem aquisições irrefutáveis. Em especial, o papel desses fenômenos na instituição de uma realidade consensual e sua função sociocognitiva na integração da novidade, na orientação das comunicações e das condutas. O fato de que as

representações podem ser estudadas de duas maneiras. Globalmente, quando nos apegamos às posições emitidas por sujeitos sociais (indivíduos ou grupos), a respeito de objetos socialmente valorizados ou conflitantes, elas serão tratadas como campos estruturados, isto é, conteúdos cujas dimensões (informações, valores, crenças, opiniões, imagens, etc.) são coordenadas por um princípio organizador (atitude, normas, esquemas culturais, estrutura cognitiva, etc.). De modo focalizado, quando nos apegamos a elas, a título de modalidade de conhecimento, elas serão tratadas como núcleo estruturante, isto é, estruturas de saber organizando o conjunto das significações relativas ao objeto conhecido.

As representações restauram o pensamento social dos sujeitos, a sua realidade prática. Segundo Moscovici (2009), elas são vistas como a “atmosfera” que influencia as relações dos indivíduos ou grupos. O seu processo de formação consiste em tornar um objeto novo em familiar, tornar comum e real algo não usual e incomum. Os processos geradores da representação social são denominados de “ancoragem e objetivação”. O autor sintetiza esses processos como

[...] maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (Ibid, 2009, p. 78)

Pelo mecanismo da ancoragem, a novidade passa por um processo cognitivo no qual o sistema de conhecimento pré-existente, que envolve valores significantes, conjunto de comportamento e regras de uma determinada classe ou grupo de pessoas, filtra o novo. Este novo conhecimento pode ser definido como normal ou aberrante, conforme ou divergente da norma, sendo assim integrado à rede de significados já existente. O mecanismo da objetivação consiste em reproduzir um conceito, algo abstrato numa imagem, que extrapola o nível do pensamento e se transforma em realidade prática que orienta e prescreve a ação dos sujeitos.

Moscovici (2009, p. 217) insiste na importância em compreendermos a abrangência do fenômeno de representação social:

Contudo, se o conceito de representação atravessa tantos domínios de conhecimento, da história à antropologia através da linguística, ele é sempre e em todo lugar uma questão de compreensão das formas das práticas de conhecimento e de conhecimento prático que cimentam nossas vidas sociais como existências comuns. [...]

fenômenos em que as práticas de conhecimento e do conhecimento prático desempenham um papel essencial, pois esse conhecimento está inscrito nas experiências ou acontecimentos sustentados por indivíduos e partilhados na sociedade.

Esse aporte teórico-metodológico é fundamental para investigar a relação entre surdez e inserção profissional. Representações acerca de pessoas com deficiência veiculadas nos meios de comunicação de massa retrataram esse segmento ao longo dos anos com um forte conteúdo piegas, paternalista e deficitário (SÁ, 2006). A luta dessas pessoas para consolidar, junto à opinião pública, sua condição de cidadão e garantir direitos de acessibilidade envolve a organização em movimentos sociais que difundam outra imagem que evidencie a diferença, e não a deficiência desses indivíduos.

Na atualidade, as questões sociais de grupos minoritários⁶ tem sido objeto de interesse em vários campos do conhecimento. As grandes “bandeiras” de lutas travadas pelas camadas populares na época da ditadura militar em nosso país tratavam de questões gerais de direitos sociais e de liberdades democráticas. Esse cenário político se transformou e o debate se ampliou contemplando demandas e questões específicas de grupos de mulheres, negros, homossexuais, pessoas com deficiência, grupos com diferenças linguísticas e outros.

As lutas de segmentos populacionais marcados por adversidades e exclusão de toda ordem, seja na afirmação de valores e identidades, de inserção igualitária, de participação livre de preconceitos e discriminação em todas as estâncias da vida social, ocupam lugar central no debate acadêmico e no movimento social. Nesse contexto o estudo das representações sociais pode contribuir para uma maior compreensão do pensamento e da realidade social desses grupos.

No caso dos surdos, o advento da legislação brasileira acerca da reserva de vagas para o trabalho (BRASIL, 1991) proporcionou uma entrada muito significativa dessas pessoas no mercado de trabalho, resultando desse processo uma variedade muito grande de projetos voltados para a qualificação e o encaminhamento

⁶ [...] todo grupo humano em situação de desvantagem social, cultural, econômica, política ou jurídica, cujos direitos são vulnerados apenas por possuírem alguma ou algumas características diferentes das do grupo dominante da sociedade (LOPES, 2006).

profissional dessas pessoas. Os surdos ingressam no mercado de trabalho depois de uma exaustiva procura por vagas oferecidas diretamente pelas empresas ou através dos bancos de dados das instituições que realizam a qualificação e o encaminhamento profissional. Esse processo envolve os candidatos ao trabalho, as empresas e as instituições numa dinâmica psicossocial que permite aos surdos a possibilidade de acessar uma infinidade de situações novas. Esse fenômeno social apresenta um vastíssimo material para ser pesquisado. No entanto, devido a sua amplitude e complexidade precisávamos delimitar o objeto social a ser investigado, conforme orienta (SÁ, 1998, p. 24):

[...] na construção do objeto de pesquisa precisamos levar em conta simultaneamente o sujeito e o objeto da representação que queremos estudar.

Esta providência é, por certo, uma simplificação do fenômeno, já que as representações que compõem o “ambiente de pensamento” da vida cotidiana englobam, de forma complexa, fluida e entrecruzada, numerosos grupos ou conjuntos de sujeitos conhecedores.

Considerando que trata-se de uma “simplificação não muito fácil de fazer” (idem), o “processo decisório” descrito pelo mesmo autor oportunizou a definição dos sujeitos e do objeto social a ser investigado. A representação social de universitários surdos sobre inserção profissional poderá contribuir para o conhecimento desse fenômeno social recente na vida desses cidadãos.

Visões da realidade são apresentadas a todo o momento por grupos e pessoas que, por meio de uma correlação de forças em constante luta fazem prevalecer seus discursos e a conseqüente ocupação dos espaços sociais. No contexto das pessoas surdas, o que esperamos com essa pesquisa não é falar em nome dos surdos, mas tornar público o pensamento social desses sujeitos a partir das suas próprias significações construídas no mundo da educação e do trabalho.

Porém eu vos digo, não em sono, mas no pleno despertar do meio dia, que o vento não fala com maior doçura aos carvalhos gigantes do que à menor das folhas da relva.

O Profeta – Gibran Khalil Gibran

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1- Campo e sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida junto aos alunos surdos da Faculdade de Pedagogia do INES⁷ e do curso de Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina, ensino a distancia, polo INES, no Rio de Janeiro. A escolha do campo da pesquisa deveu-se ao fato de que o INES, além do ensino fundamental e médio, reúne em suas dependências essas duas faculdades, sendo a Faculdade de Pedagogia a primeira bilíngue (Libras e Português) do Brasil que adota a língua de sinais como primeira língua.

O INES foi fundado em 26 de setembro de 1857, com o nome de Imperial Instituto de Surdos Mudos pelo professor francês surdo E.Huet com o apoio do imperador D. Pedro II. Esse espaço institucional se constitui num local de convivência ostensiva de surdos alunos, ex-alunos, profissionais, familiares, visitantes nacionais e internacionais ligados a educação de surdos. As relações estabelecidas nesse contexto passam pela área da educação, pelas artes, esportes, trabalho, recreação e por outros aspectos da vida afetiva, social e política, formando uma rede de significados que fortalecem a consciência da identidade e da cultura surda.

Os sujeitos participantes da pesquisa, num total de 16 alunos, foram selecionados em várias turmas, a partir do seguinte critério: universitários surdos, de ambos os sexos, que já tiveram experiência formal de trabalho.

Na etapa de mobilização dos participantes, fizemos uma breve apresentação do projeto nas salas de aulas das duas faculdades, acompanhados do intérprete de Libras do INES, das respectivas coordenações dos cursos e agendamos as

⁷Conforme já mencionado, é uma Instituição Federal de Ensino, vinculada ao MEC, referencia nacional na área da surdez. Atende a surdos na estimulação precoce, ensino fundamental, médio e superior.

entrevistas dos universitários que se disponibilizaram a participar. Os dados relativos ao perfil dos participantes serão apresentados no capítulo seguinte.

4.2- Coleta de Dados

Trata-se de pesquisa qualitativa (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2004; BOGDAN e BIKLEN, 1999), fundamentada pela Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978).

Buscamos compreender intenções e significados na interrelação social desses sujeitos com o fenômeno social em estudo, correlacionando essas produções psicossociais impregnadas de poder e dominação com a estrutura social, cultural e política vigente (SÁ, 2006).

Inicialmente fizemos visitas ao local para registro do projeto de pesquisa e obtenção de autorização institucional. Após sua autorização, iniciamos a pesquisa com os seguintes procedimentos: estudo da documentação institucional (publicações, programa de educação profissional e legislação vigente), observação de campo e respectivos registros em diário para uma melhor compreensão do ambiente sociocultural dos sujeitos (SÁ, 1998).

Na etapa de elaboração do roteiro de entrevista utilizado na coleta de dados (anexo 5), solicitamos a participação de um surdo universitário que não participou como sujeito da pesquisa e voluntariamente se disponibilizou a ser entrevistado para procedermos os devidos ajustes. A entrevista teste foi fundamental para aperfeiçoarmos as abordagens durante as entrevistas que se sucederam.

Após essas etapas, o setor responsável pela educação profissional de surdos denominado Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional (DIEPRO) nos cedeu espaço físico, mesa e cadeiras onde realizamos as entrevistas.

As entrevistas na modalidade semi-estruturadas, presenciais, do tipo conversacional, explicitadas por ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, (2004) e RIZZINI *et al.*(1999), foram realizadas no segundo semestre de 2010 com cada um dos participantes. Foi utilizado um formulário para caracterização de perfil sócio profissional (anexo 4) e um roteiro de entrevista semiestruturada individual (anexo 5) contemplando situações da inserção profissional de surdos, dificuldades no trabalho,

comunicação, apoio e participação na empresa, curso superior e vida profissional, projetos profissionais e participação em movimentos sociais, políticos e religiosos.

Todas as entrevistas foram intermediadas por um intérprete capacitado oficialmente em Libras, cedido pelo Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico do INES.

A pesquisa foi registrada e autorizada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP/CEP sob o nº 0012.0.339.000-10 (anexo 1) e registrada no Departamento de Desenvolvimento Humano Científico e Tecnológico do INES (anexo 2). Cada entrevistado foi devidamente esclarecido sobre o projeto de pesquisa, todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 3) e foram identificados com um código de entrevistado para garantia do anonimato. Esse código foi representado pela letra “E” seguida da numeração de 1 a 16 correspondente ao total de entrevistados.

4.3- Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo (RIZZINI *et al.*, 1999), técnica de investigação interpretativa que proporciona uma inferência mais abrangente dos significados de um texto. Como afirma Bardin (2010, p. 40) “A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

A análise de conteúdo, na perspectiva da pesquisa qualitativa, procura compreender a fala dos sujeitos e o pensamento social que permeia as relações desses grupos a partir de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica e política, privilegiando o significado, a singularidade das mensagens e a frequência dessas no texto.

Entre as diversas modalidades de análise de conteúdo optamos pela análise categorial temática (BARDIN, 2010), por meio da qual, em sintonia com os objetivos da pesquisa, foram identificados os seguintes temas, ou “núcleos de sentido”: Inserção Profissional de Surdos – TRABALHO; Inserção Profissional de Surdos –

COMUNICAÇÃO; Inserção Profissional de Surdos – DIREITOS SOCIAIS. Os temas identificados foram desmembrados e reagrupados em categorias e subcategorias conservando o sentido original da fala dos entrevistados.

Seguindo as orientações de Bardin (2010), o planejamento da análise foi dividido em três etapas sendo:

1 - Preparação do material: as entrevistas foram filmadas, transcritas em sua tradução da LIBRAS para o português, e editadas mantendo a íntegra das falas dos entrevistados. Esse procedimento facilitou a nossa compreensão, uma vez que a todo momento recorriamos aos vídeos para consultas;

2 - Exploração do material: o tratamento dos dados foi iniciado com uma exaustiva e rigorosa codificação relativa à caracterização dos sujeitos segundo seu perfil sócio profissional e de suas falas, que foram agrupadas e ordenadas segundo o tema e respectivas categorias.

3 - Com um conjunto de tabelas e gráficos gerados iniciamos um processo sistemático de inferências desses resultados obtidos, confrontando e submetendo-os exaustivamente com a bibliografia específica, conforme apresentamos no capítulo seguinte.

Olhou o mundo ao seu redor, como se o enxergasse pela primeira vez. Belo era o mundo! Era variado, era surpreendente e enigmático! Lá, o azul; acolá, o amarelo! O céu a flutuar e o rio a correr, o mato a eriçar-se e a serra também! Tudo lindo, tudo misterioso e mágico!

Sidarta – Hermann Hesse

5. RESULTADOS

5.1- Perfil dos participantes

Apresentamos o quadro geral abaixo elaborado a partir do instrumental de caracterização sócio-profissional (anexo 4). Descrevemos primeiramente a situação sócio-profissional dos sujeitos entrevistados e em seguida apresentamos tabelas e gráficos para maior ilustração e discussão.

Quadro 1 – Caracterização sócio profissional dos entrevistados / RJ / 2010.

| Código | Idade (anos) | Estado Civil | Causa da surdez | Grau da surdez | Faculdade | Período |
|--------|--------------|--------------|--|--------------------------------|------------------|---------|
| E1 | 37 | Solteiro | Desconhecida Nasceu surdo | Profunda | Letras Libras | 8º |
| E2 | 33 | Casado | Genética Nasceu ouvinte | Resíduo nos dois ouvidos | Pedagogia | 6º |
| E3 | 21 | Solteiro | Medicação Nasceu ouvinte | Profunda | Letras Libras | 5º |
| | | | | | Pedagogia | 6º |
| E4 | 27 | Solteiro | Desconhecida Nasceu ouvinte | Profunda | Letras Libras | 8º |
| E5 | 32 | Solteiro | Rubéola na gravidez Nasceu surdo | Profunda | Pedagogia | 2º |
| E6 | 39 | Solteiro | Desconhecida Nasceu ouvinte | Moderada | Pedagogia | 6º |
| E7 | 47 | Divorciado | Rubéola na gravidez Nasceu surdo | Profunda | Pedagogia | 6º |
| E8 | 38 | Separado | Desconhecida Nasceu ouvinte | Profunda | Letras Libras | 8º |
| E9 | 55 | Solteiro | Meningite Nasceu ouvinte | Profunda | Letras Libras | 8º |
| E10 | 31 | Casado | Desconhecida Nasceu surdo | Profunda | Letras Libras | 8º |
| E11 | 24 | Solteiro | Meningite Nasceu ouvinte | Profunda | Letras Libras | 8º |
| | | | | | Pedagogia | 8º |
| E12 | 50 | Solteiro | Genética Nasceu ouvinte | Profunda | Letras Libras | 8º |

| | | | | | | |
|-----|----|----------|------------------------------|----------|------------------|----|
| E13 | 27 | Casado | Genética Nasceu surdo | Profunda | Letras Libras | 8º |
| E14 | 28 | Solteiro | Meningite Nasceu ouvinte | Profunda | Pedagogia | 1º |
| E15 | 28 | Solteiro | Desconhecida Nasceu surdo | Profunda | Pedagogia | 6º |
| E16 | 37 | Casado | Meningite Nasceu ouvinte | Moderada | Pedagogia | 1º |

Os entrevistados (16) são de ambos os sexos (fig.1), situam-se na faixa etária compreendida entre 21 e 50 anos, com o maior percentual de universitários na faixa de 31 a 40 anos (fig.2) e com uma pequena concentração na faixa de 41 a 50 anos. Esta caracterização nos remete ao processo de escolarização da pessoa surda, que segundo Favorito (2006) tem seu ingresso no sistema de ensino muito tardiamente em decorrência, principalmente, de questões de natureza linguística.

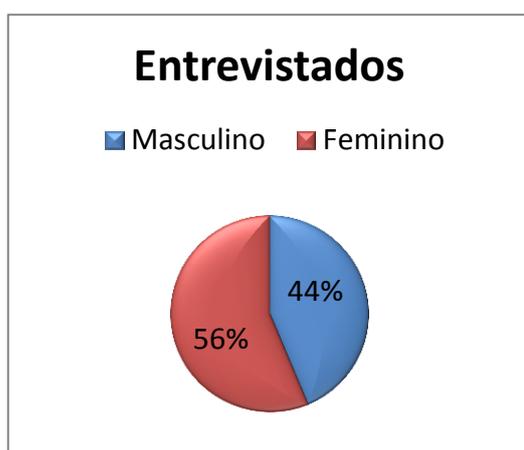


Figura 1: Participantes da pesquisa

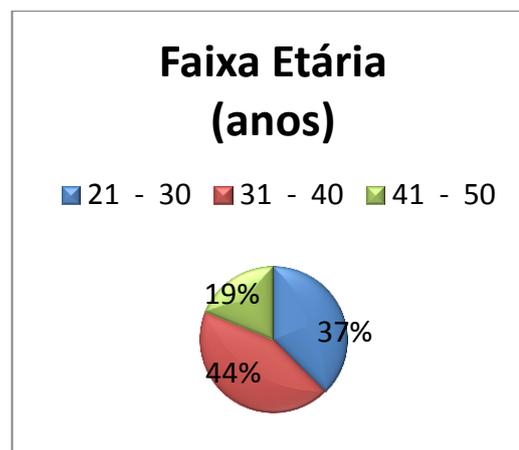


Figura 2: Idade dos universitários

Quanto ao estado civil (fig.3), 38% de surdos (somados os casados e separados) tiveram experiência conjugal. A constituição familiar é peculiar, com estruturação bem variada, por exemplo, casal de surdos com dois filhos ouvintes; casal de surdos com uma filha surda; casal de surdos sem filhos; surdo divorciado pensionando o filho. O maior percentual é de solteiros, com 62%.

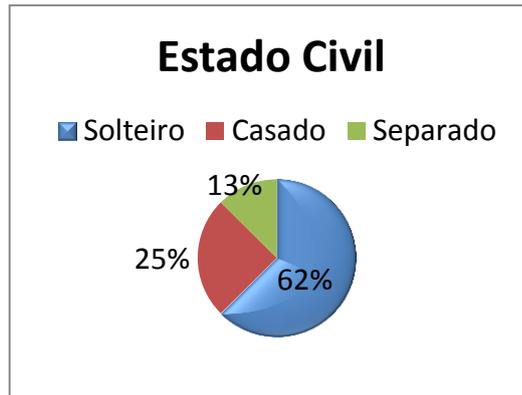


Figura 3: Estado civil

Com relação ao grau de surdez dos entrevistados, 87% tem surdez profunda (fig.4). Por questões identitárias (SILVA, 2009), todos se denominam surdos e optam por não destacar aspectos clínicos da surdez. Embora todos tenham informado na entrevista as causas da sua surdez (fig.5), constatamos que os surdos dão ênfase à diversidade cultural e a sua diferença linguística em acordo com o art. 2º do Decreto nº. 5626/05 (BRASIL, 2005). Este decreto regulamenta a Libras, reconhece a pessoa surda e legitima a sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais.

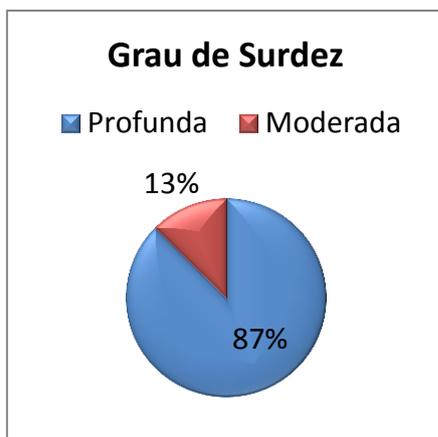


Figura 4: Grau de surdez

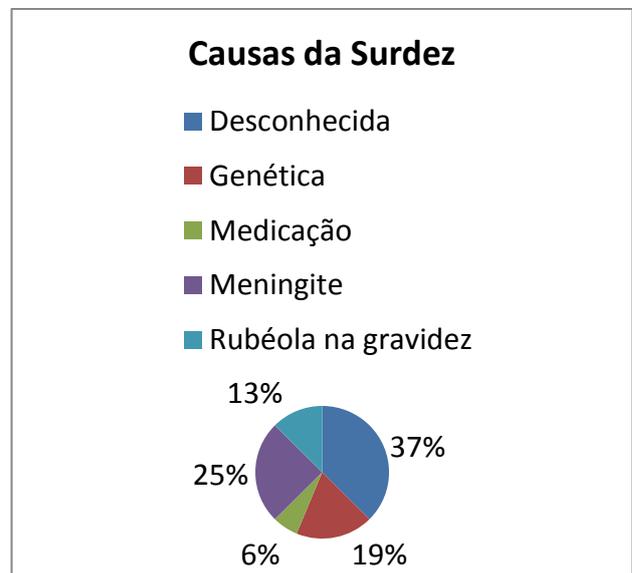


Figura 5: Causas da surdez

Um aspecto relevante diz respeito à participação social, política e religiosa dos entrevistados (fig.6). Os dados mostram alto nível dessa participação, que se reflete no envolvimento com questões sociais gerais e principalmente na militância dos movimentos de pessoas surdas. Nesta questão surgiram relatos de participação ostensiva nas associações de surdos e em movimentos sociais e políticos: “participei

do movimento fora Collor, [...] da fundação do grêmio estudantil, de um monte de coisas [...] sou representante da prefeitura no conselho de deficiente” (E1). Outro depoimento foi a respeito da criação da associação de surfistas surdos com articulação internacional: “a gente tá vendo a criação de uma associação dos surfistas surdos” (E10). São inúmeras e variadas as participações nos movimentos sociais e em associações: “na Assurj, Alvorada (associações de surdos), agora surgiu um novo “Que Som é Esse” e eu me associei, participo na Igreja” (E2). Esses depoimentos mostram a participação social desses sujeitos em vários setores da vida social e política do país.

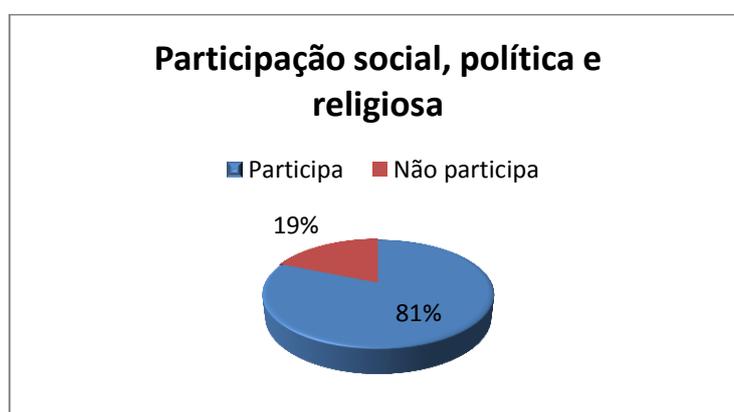


Fig. 6: Participação social, política e religiosa.

A seleção de universitários foi realizada nas faculdades de Pedagogia e Letras Libras (fig.7) do INES e o quantitativo de entrevistados foi paritário entre as duas faculdades. Dentre os entrevistados 17% tem formação superior completa e 11% tem pós-graduação (fig.8). Os relatos do processo de escolarização dos entrevistados indicam um lugar comum no que diz respeito às dificuldades do surdo em ambientes escolares onde predominavam alunos ouvintes “Complicado, sofri bastante. [...] quando tinha que fazer trabalho em grupo, reclamavam: você não faz nada, só fica olhando, você não vai participar? E era complicado, porque me comunicar era difícil.” (E15).

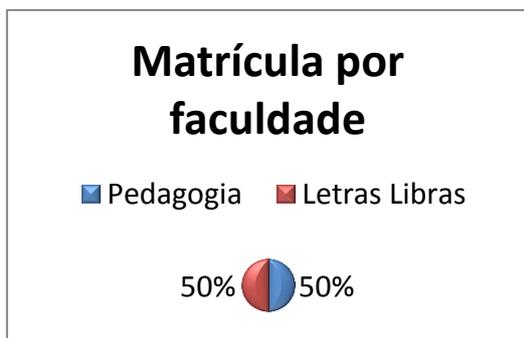


Figura 7: Faculdade cursada

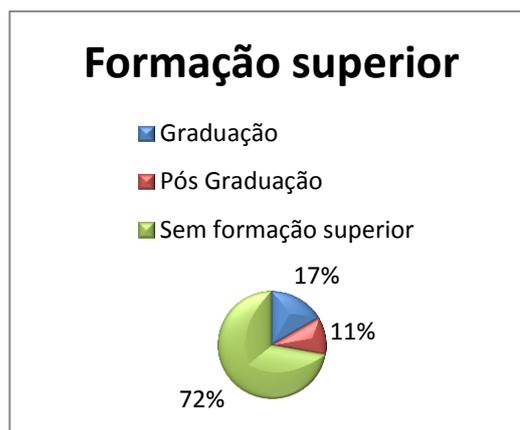


Figura 8: Formação superior

A situação ocupacional dos entrevistados revela que 85% trabalhavam no ato da entrevista e deste total 20% trabalhava em dois empregos. O índice de desemprego entre os entrevistados foi de 15% (fig.9).



Fig. 9 – Situação ocupacional

O cargo atual é majoritariamente ligado ao ensino de Libras no contexto da educação de surdos conforme descrição a seguir (quadro 2). Apenas três entrevistados atuam em outras áreas. O tempo de trabalho indica um nível elevado de permanência no mesmo local. Não temos registros de alta rotatividade no trabalho (quadro 3).

Quadro 2 - Cargo atual

| | |
|--|---|
| Assistente Educacional | 3 |
| Auxiliar Administrativo | 2 |
| Instrutor de Libras | 3 |
| Operador de micro filmagem | 1 |
| Professor de Libras – Ens. Fundamental | 2 |
| Professor de Libras – Ens. Superior | 1 |
| Tutora em Libras | 1 |

Quadro 3 - Tempo de trabalho atual

| | |
|---------------------|---|
| 6 meses | 1 |
| 12 meses à 24 meses | 3 |
| 30 meses à 36 meses | 4 |
| 5 anos | 1 |
| 9 anos | 1 |
| 11 anos | 1 |
| 13 anos | 1 |
| 14 anos | 1 |

O local de trabalho dos entrevistados se concentra na área da educação (quadro 4), “De fato sou professor, mas no meu contrato eu estou como instrutor” (E1). Contratados no cargo de professor, somente três entrevistados, sendo dois professores do ensino fundamental e um no nível superior “ [...] e eu fui a primeira professora surda no Brasil, porque em nenhuma instituição federal você tinha isso, eu fiz concurso público.” (E9).

Quadro 4 - Local de trabalho atual

INES, Escola particular, Escola municipal, Universidade particular, Universidade pública, Escola Técnica, Banco privado, Empresa estatal,

A questão sobre ascensão funcional revelou que apenas 25% dos trabalhadores tiveram promoção no trabalho (fig.10): “trabalho há catorze anos. Não, nem promoção e nem aumento salarial [...] a mão-de-obra infelizmente têm essa diferenciação.” (E1). Dos entrevistados que receberam promoção na empresa, destacamos o seguinte depoimento “Eu recebi três vezes promoção [...] da primeira para a segunda promoção houve um aumento, [...] para a terceira permaneceu o mesmo salário.” (E10).



Fig. 10 – Promoção no trabalho

Quadro 5 - Cargo anterior

| | |
|---------------------------|---|
| Auxiliar | 1 |
| Auxiliar Administrativo | 3 |
| Assistente Administrativo | 1 |
| Digitador | 5 |
| Estoquista | 1 |
| Instrutor de Libras | 1 |
| Professor | 1 |

Quadro 6 - Tempo de trabalho anterior

| | |
|----------|---|
| 2 meses | 1 |
| 12 meses | 1 |
| 24 meses | 2 |
| 3 anos | 1 |
| 6 anos | 1 |
| 10 anos | 1 |
| 14 anos | 1 |
| 20 anos | 1 |

Diferente do cargo de trabalho atual onde a concentração está no campo da educação, no anterior (quadro 5) havia concentração de auxiliares em geral, com um alto nível de permanência no mesmo local (quadro 6) e conseqüentemente um baixíssimo índice de rotatividade no emprego, mesmo quando exerciam essas funções de auxiliares, conforme o depoimento do entrevistado E10: “Eram oito surdos, mas eu era o único com cargo de responsabilidade, os outros ficavam mais na parte de empregados de faxina, limpeza [...]”.

Quadro 7- Local de trabalho anterior

Fio Cruz, Ministério do Trabalho, Empresa hospitalar, Associação de pais, Empresa de engenharia, Multinacional, Detran, Empresa privada.

Embora tenham permanecido por muito tempo em seus locais de trabalho, com baixo índice de rotatividade, os dados revelam que 90% desses trabalhadores pediram para sair do trabalho anterior: “[...] eu estava cansada de executar esse mesmo trabalho, já que eu tinha sofrido muito lá dentro [...]” (E15)

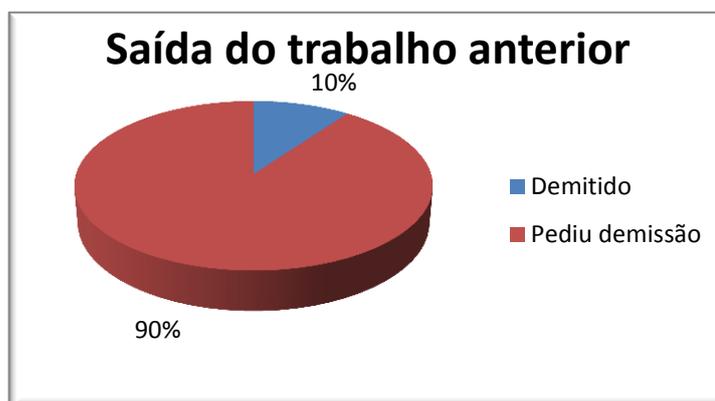


Fig. 11 – Saída do trabalho anterior

5.2- Análise de Conteúdo Temática das Entrevistas

Nesse item apresentaremos três tabelas com respectivas categorias e subcategorias, extraídos das entrevistas com apoio da análise de conteúdo temática (BARDIN, 2010): Inserção Profissional de Surdos: TRABALHO (tabela 1), COMUNICAÇÃO (tabela 2), DIREITOS SOCIAIS (tabela 3).

E passava horas e horas ali dentro, sozinho na minha ilha deserta.
Até parecia que ninguém mais sabia da minha existência.

Uma aventura na selva – Fernando Sabino

Tabela 1 -Tema: Inserção Profissional de Surdos – TRABALHO.

| INSERÇÃO PROFISSIONAL DE SURDOS | | | |
|--|--|---|-----------|
| Categoria | Subcategoria | Enunciados dos Universitários | Nº |
| Trabalho | Reserva de vagas | “Acho isso estranho, uma inserção rápida, [...] não há uma atenção sobre o surdo” E2 | 4 |
| | Requisito principal | “alguns surdos que fazem faculdade foram chamados, mas desses que foram chamados os que foram escolhidos foram os oralizados [...], então o requisito principal é ser oralizado ou não?” E5 | 3 |
| | Identidade Surda | “mostrar também que ele é um cidadão, que ele tem uma identidade, ele é um profissional” E7 | 13 |
| | Robô | “ele só aprende aquela função, [...] ele não tem conhecimento, ele não recebe informação” E3 | 8 |
| | Orgulho surdo – O surdo é capaz | “o surdo é inteligente, o surdo é capaz” E15 | 5 |
| | Desenvolvimento pessoal e profissional sem mudanças salariais. | “anteriormente sem a faculdade eu sentia muita dificuldade, [...] continuo com o mesmo salário [...] eu ganhei um pouco mais de respeito porque estou trabalhando e fazendo faculdade” E4 | 14 |

| | | | |
|--|--|---|----|
| | Desenvolvimento pessoal e profissional com mudanças salariais. | “quando eu trabalhava como digitadora, eu tinha um sonho, eu queria ser pedagoga [...] tive melhoria salarial sim” E13 | 1 |
| | Profissionalização | “é importante a educação [...] falta para o surdo principalmente formação” E9 | 5 |
| | Invisibilidade Pública | “Fazem piadinha por ela ser surda” E7 “O pessoal saía para almoçar ou confirmavam alguma coisa depois do expediente e não me chamavam”E3 | 16 |
| | O surdo tem que provar que é capaz | “atitude de mostrar a todos os ouvintes que o surdo é capaz” E2 | 16 |

Na tabela 1 a categoria “Trabalho” se apresenta com um conjunto de subcategorias que descrevemos a seguir: Reserva de vagas e Requisito principal. Essas falas estão relacionadas com o fenômeno de inserção no mundo do trabalho de pessoas com deficiência, amparadas pela Lei 8.213 (BRASIL, 1991), “Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência [...]”. Esta lei, conhecida como a lei de cotas para inserção profissional de pessoas com deficiência, abriu muitos postos de trabalhos porque as empresas são obrigadas a contratar essas pessoas e absorve-las no quadro de pessoal com os direitos e deveres trabalhistas dos demais trabalhadores, mais as prerrogativas de acessibilidade previstas na legislação.

A partir da implantação da lei e a respectiva fiscalização dos auditores da Delegacia Regional do Trabalho – DRT, dos auditores do Ministério Público do Trabalho, do envolvimento de instituições voltadas para a garantia de direitos desse segmento de pessoas, surgiram muitas oportunidades de trabalho nas empresas: “Você aumenta a quantidade de pessoas surdas que conseguem entrar no mercado de trabalho” (E11). Essas vagas inicialmente foram motivadas exclusivamente pela

exigência legal do cumprimento da respectiva cota. Segundo relatos desses auditores em reuniões interinstitucionais (Relatórios INES/DIEPRO), muita empresa foi multada e outras se comprometeram com a contratação gerando um movimento em torno da inclusão profissional dessas pessoas. A finalidade da lei é garantir a todos o direito ao trabalho e à dignidade humana. Ocorre que essa inserção está repleta de conflitos e dificuldades, e os postos de trabalho oferecidos não têm a respectiva atenção para a qualidade da inserção proposta.

A subcategoria “reserva de vagas” destaca esse aspecto predominantemente legal e burocrático referente ao cumprimento da lei; as empresas não se preparam para receber o surdo: “as empresas só querem obedecer à lei, respeitar a cota [...] lado ruim, ainda não sabem como é trabalhar com o surdo” (E1).

A subcategoria “requisito principal” refere-se ao critério de seleção de empresas que recrutam os surdos oralizados, em detrimento de outras qualidades e atributos profissionais. Essa questão revela um total desconhecimento da pessoa surda, que é preterida por aquele que fala e é desrespeitada naquilo que é central na sua condição humana, a identidade e sua língua natural, a Libras.

Essa questão do “surdo que fala”, critério equivocadamente utilizado por empresas que fazem recrutamento e seleção de surdos, aparece fortemente nas entrevistas. Trata-se de uma reprodução que norteou por muitos anos a educação especial, baseada na visão clínica da surdez, que enfatiza a fala em detrimento da língua natural dos surdos no seu processo educacional. Favorito (2006, p. 49) relata com muita pertinência essa pretensão de igualar o surdo ao padrão ouvinte:

Tradicionalmente a educação de surdos, integrada à educação especial, tem sido marcada por uma visão clínica, hegemônica nessa área, segundo a qual os surdos são narrados e descritos como deficientes, portadores de déficits, casos patológicos, seres incompletos. Essa visão clínico-terapêutica que até hoje influencia a maior parte das práticas educacionais com surdos, opera com a ideia de cura, de normalização através de técnicas fonoaudiológicas que ‘façam’ o surdo a se aproximar o mais possível do padrão ouvinte; isto é, a superação da deficiência estaria na aquisição da fala.

Em seguimento e em contraposição às exigências e entraves culturais do mundo corporativo, emerge a subcategoria “Identidade surda” com treze registros, muita enfatizada pelos entrevistados. Eles se expressam não somente em relação à entrada do surdo no mundo do trabalho e ao combate ao desemprego, mas

principalmente ao respeito à língua natural dos surdos e a sua respectiva cultura: “é importante que as empresas respeitem a língua de sinais” (E10). Este registro sintetiza o principal, que é a empresa conhecer o surdo: “o ouvinte não conhece de modo apropriado o surdo e a sua cultura” (E14).

A identidade é produzida nas relações sociais e culturais. De acordo com Deschamps (2009, p. 14) “[...] a identidade pode ser concebida como um fenômeno subjetivo e dinâmico resultante de uma dupla constatação de semelhanças e de diferenças entre si mesmo, os outros e alguns grupos.” O depoimento do entrevistado E1 destaca a visão intergrupo, surdos e ouvintes na empresa: “A visão do ouvinte em relação ao surdo é diferente”. Os entrevistados enfatizam a necessidade dos ouvintes conhecerem os surdos para interagir: “então, antes de chamar um funcionário surdo tinha que ter primeiro um “curso” para ajudar a entender a cultura dos surdos” (E5).

Essa falta de conhecimento a respeito dos surdos vem impregnada de estereótipos a respeito da surdez. Consequentemente, a percepção depreciativa dos surdos é muito prejudicial ao seu pleno desenvolvimento profissional na empresa. Nesse ambiente profissional conturbado e impregnado de concepções ultrapassadas a respeito da pessoa surda, esse profissional geralmente é minoria em relação aos colegas e gestores ouvintes. A consequência dessa correlação de forças desiguais vem se consolidando desfavoravelmente na ascensão funcional desses trabalhadores.

A relação interpessoal tende a ser precarizada no local de trabalho na medida em que a identidade social desses trabalhadores é desconsiderada a título de se ajustar à cultura local majoritária, dominante. Esse fenômeno é denominado de sociocentrismo :

[...] sociocentrismo que explica, de um lado, o fato de que os membros de um grupo estabelecem uma distinção simplificadora entre eles e os dos outros grupos e, de outro lado, os efeitos discriminatórios desta distinção, tanto ao nível dos valores como ao nível dos comportamentos. (DESCHAMPS e MOLINER, 2009, p. 37)

Essa visão estereotipada dos ouvintes com relação aos surdos é um abismo que se estabelece entre esses atores, uma vez que as interações e real conhecimento entre esses sujeitos estão prejudicados. Desta maneira se perpetuam as práticas discriminatórias que não contribuem para a dignidade do trabalhador surdo.

Os surdos entrevistados questionam a qualidade dessa “inclusão profissional” que minimiza a exclusão social do sujeito, mas não avança na valorização desses trabalhadores. Nas entrevistas houve relatos comparando e questionando essa inclusão, como se o surdo fosse um corpo estranho implantado na organização, “um ajudante qualquer” (E2). Na realidade, as empresas, ao procurar o trabalhador surdo nos bancos de dados das instituições, estão voltadas para a seleção do candidato baseada em critérios gerais e não se comprometem a preparar o ambiente de trabalho para que se estabeleça uma nova cultura profissional naquele local.

Resulta daí o que os entrevistados denominaram de “Robô”, pois as contratações são majoritariamente nas funções de auxiliares com destaque para faxina e limpeza: “eles trabalham na faxina, pouquíssimas empresas dão uma oportunidade melhor” (E3). Os sujeitos entrevistados não demonstraram preconceito com relação à função em tela, mas destacaram que o surdo tem inúmeras possibilidades de desenvolvimento profissional e que ficar restrito a varrer e limpar é descartar outras potencialidades daquele trabalhador. O entrevistado E12 sintetiza bem a questão “é importante que o surdo se sinta feliz dentro de uma empresa, [...] mas não é simplesmente executando um trabalho servil de limpeza, por exemplo”. Essa lógica da inclusão profissional de todos, inclusive os diferentes, baseada na legislação, na realidade atendeu no primeiro momento a grande demanda reprimida por trabalho desse segmento de pessoas, que nenhum direito de acesso ao trabalho tinha antes da lei. Porém, a proposta embutida na lei não foi a de uma simples medida compensatória para o atendimento a essa demanda, mas sim criar uma nova cultura de trabalho, plural, que respeitasse o direito humano desses trabalhadores.

A empresa, para não ser autuada pela auditoria do trabalho, contrata um deficiente e está consolidada a inclusão? A isso os surdos questionam e rejeitam ser reduzidos a “mão de obra”. Na condição de sujeitos têm expectativas ampliadas

para essa inserção. O entrevistado E16, ao discorrer sobre a questão, manifesta sua insatisfação: “vontade de ter outro trabalho (...) de estar em outro lugar”.

Sá (2006, p. 212), ao analisar o enunciado de professores a respeito da função da escola em preparar, com seus cursos profissionalizantes, uma mão de obra que seja parte produtiva do Estado, retrata bem a função que esta proposta educacional exerce no fortalecimento da reserva de mão de obra barata:

A baixa expectativa para com o surdo, considerado deficiente (no sentido de incapaz), faz com que não se espere dele o alcance dos níveis superiores da escolaridade, ou seja: aos surdos, aos pobres, aos negros aos indígenas, são oferecidos os cursos profissionalizantes, que lhes permitam sobreviver e abastecer o mercado capitalista.

Os entrevistados rejeitam essa “inserção rápida” porque “não há uma atenção sobre o surdo” (E2); considerando que as empresas (sic) não se adequam à diversidade de seus trabalhadores e não viabilizam a acessibilidade dos surdos ao seu corpo funcional.

Na sequência duas subcategorias que reforçam esse pensamento presente no discurso dos entrevistados: “Orgulho surdo - O surdo é capaz” e “Desenvolvimento profissional sem mudanças salariais”. Elas indicam fortemente o processo de tomada de consciência que o trabalhador surdo tem a respeito de si e das comunidades surdas. Ressaltamos que o reconhecimento das reais potencialidades dos surdos, por eles próprios e do acesso massivo de surdos no ensino superior, são aspectos que irão fortalecer esse cenário atual do trabalhador surdo.

O ato político citado na Introdução desse estudo, denominado “Orgulho Surdo”, manifestado por surdos e ouvintes comprometidos com a autonomia e emancipação social desse segmento humano, em passeatas no país e no mundo, foi aqui apresentado na condição de subcategoria. Vejamos o depoimento do universitário entrevistado: “O surdo é inteligente, o surdo é capaz” (E15). Este significado valoriza a pessoa surda e remete a possibilidades ampliadas do surdo no mundo do trabalho. A mobilização política vem acompanhada de uma prática com impacto no cenário profissional desses sujeitos: o ingresso do surdo no ensino superior. Esse fenômeno é recente no processo de escolarização dos surdos em

nosso país e é apresentado pelos entrevistados como uma real possibilidade de crescimento humano e profissional.

No país, a inserção do surdo no ensino superior, tanto em universidades públicas ou privadas, é muito diversificada atualmente e com um quantitativo de alunos muito expressivo em relação ao passado. Mas ainda defasado na atualidade quando relacionado ao quantitativo de pessoas no país, conforme mencionado na Introdução. Para exemplificar essa situação tomamos como referencia nossos entrevistados que apresentam a seguinte situação de escolaridade: 17% já possui uma graduação concluída, 11% com pós-graduação. A metade dos entrevistados está cursando a faculdade de pedagogia do INES, e a outra metade no curso a distancia de Letras Libras, organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁸.

Ao perguntarmos aos nossos entrevistados quais os impactos que o ingresso em curso de nível superior acarretou em suas vidas, obtivemos vários relatos indicando crescimento pessoal e profissional, sem mudanças salariais: “eu comecei a ampliar meus horizontes” (E1). Este crescimento expresso em vários depoimentos de nossos entrevistados retrata o nível de desenvolvimento pessoal e profissional deles. No entanto, esta situação não reverteu em melhores condições salariais, pois 75% dos entrevistados não tiveram promoção no emprego: “Anteriormente sem a faculdade eu sentia muita dificuldade, [...] continuo com o mesmo salário [...] eu ganhei um pouco mais de respeito porque estou trabalhando e fazendo faculdade” (E4) .

Analisando o Quadro 5 (Cargo anterior) e o Quadro 2 (Cargo atual) apresentados no item “perfil dos entrevistados”, verificamos uma mudança nos cargos que antes eram concentrados em funções de auxiliares e atualmente é majoritariamente ligado ao ensino de Libras. Houve um aumento de escolaridade desses trabalhadores e conseqüentemente uma mudança de categoria funcional,

⁸A UFSC abriu cerca de quinhentas vagas para professores em nível universitário em nove polos sendo: Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal da Bahia, Universidade de Brasília, Centro Federal de Educação Tecnológica do Estado de Goiás, Universidade de São Paulo, Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Federal de Santa Catarina. Serão formados professores para atuar nas universidades, na formação de fonoaudiólogos, na formação básica de alunos surdos e ouvintes (MULLER, 2008).

mas não da condição salarial. Os relatos prosseguem “Bom, apoio na minha profissão por conta do conhecimento que eu tenho adquirido [...] continuo ganhando a mesma coisa” (E3).

Quanto aos 25% dos entrevistados que obtiveram melhoria salarial com o aumento de escolaridade, destacamos o depoimento do E13 “quando eu trabalhava como digitadora, eu tinha um sonho, eu queria ser pedagoga [...] tive melhoria salarial sim”.

Os surdos universitários sujeitos dessa pesquisa estão se preparando para assumir o cargo de professor de alunos surdos e ouvintes. Porém, conforme relato de E9, o surdo “encontra muitas barreiras, os concursos públicos são uma oportunidade, mas é complicado porque as provas são em língua portuguesa e o edital não contempla os surdos”. Segundo os entrevistados, eles esperam trabalhar na iniciativa privada e no serviço público, mas as barreiras de acessibilidade em concurso para os surdos, cuja prova não é em língua de sinais, se constitui num impedimento para o acesso nas escolas da rede pública, incluindo o próprio INES. Esse quadro legal foi alterado recentemente, no segundo semestre do ano de 2010, conforme consta no parecer do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE, 2005, parecer nº 45 e 2006 parecer nº 72):

CONSIDERANDO a decisão plenária da 69ª Sessão Ordinária do dia 15 de julho de 2010 deste E. Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, exarada nos autos do Processo CAN no 238/09;

RECOMENDA QUE OS EDITAIS DE CONCURSOS PÚBLICOS contemplem o princípio da acessibilidade para garantir a igualdade de condições à pessoa surda ou com deficiência auditiva, como os demais candidatos, determinando expressamente medidas indispensáveis para remoção de barreiras que impeçam a plena e livre concorrência, sem prejuízo de outras que porventura venham a ser adotadas, como as abaixo enumeradas:

1. Quanto à Língua

1.1. Nos editais de concursos públicos, deverá ser explicitamente reconhecida, nos termos da Lei no 10.436/02, e do Decreto 5.626/05, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituindo sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos;

A expectativa de mudança da realidade funcional desses trabalhadores tem sido alicerçada pelas lutas travadas pelo segmento das pessoas surdas, agora respaldadas pela legislação em vigor. Essa expectativa manifestada pelos entrevistados gerou a categoria “Profissionalização”: “o surdo na sua vida profissional precisa de desenvolvimento” (E14). Esse registro indica que o surdo, assim como qualquer trabalhador, precisa de formação humana e profissional para estimular o desenvolvimento e corresponder ao nível de expectativas do mundo corporativo atual. O mercado de trabalho está cada vez mais seletivo e concorrido, se destacando o profissional que apresentar um diferencial a mais no seu currículo, que provavelmente terá maiores oportunidades. Esses atributos relacionados à formação humana, somados à capacitação específica dos trabalhadores, reforçam e alinham o currículo profissional às atuais exigências de seleção das empresas.

Na direção oposta ao simples ajustamento às forças mercadológicas pretendidas por certas correntes da educação para o trabalho, a “formação profissional incipiente”, identificada na pesquisa de Reis (2006), está sintonizada com as respostas dos entrevistados, sujeitos desta pesquisa, que enfatizaram a importância da profissionalização do surdo para acessarem melhores cargos nas empresas.

Neste sentido podemos fazer uma analogia com a Sociologia da Educação de Bourdieu (apud NOGUEIRA, 2009), que destaca a influência de uma bagagem socialmente herdada em pessoas procedentes de famílias com situação socioeconômica estável, com alto poder aquisitivo e, portanto, com acesso a bens materiais e culturais bem diversificados (melhores escolas, viagens, etc...), podendo conseqüentemente acessar melhores oportunidades no mundo do trabalho:

Fazem parte dessa primeira categoria, o capital econômico, tomado em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso, o capital social, definido como o conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela família, além do capital cultural institucionalizado, formado basicamente por títulos escolares. Por outro lado, o patrimônio transmitido pela família inclui também certos componentes que passam a fazer parte da própria subjetividade do indivíduo, [...]. Como elementos constitutivos do capital cultural incorporado, merecem destaque a chamada “cultura geral” [...] o domínio maior ou menor da língua culta; o “gosto e o bom gosto” (em matéria de arte, lazer, decoração, vestuário, esportes, paladar, etc.). (NOGUEIRA, 2009, p.51)

Não intencionamos aprofundar nesse estudo a discussão se a bagagem socialmente herdada pelo indivíduo prevalece em relação à autonomia do sujeito individual com respeito a sua formação humana e profissional, mas reafirmar que o perfil profissional desejado na atualidade reúne atributos e saberes que transcendem as capacitações específicas (muitas vezes incipientes), como a aquisição de outras línguas e o domínio de tecnologias da informação. Esses atributos influenciam em boa parte o acesso a melhores cargos e salários.

Os entrevistados se referem às barreiras históricas enfrentadas pelos surdos no acesso ao trabalho e a respectiva necessidade de superá-las, muito bem expressas no item 3 do preâmbulo na Declaração de Madri (2002):

As barreiras na sociedade conduzem a discriminação e a exclusão social

A forma como as sociedades estão organizadas significa, geralmente, que as pessoas com deficiência não são capazes de usufruir plenamente seus direitos humanos e que elas estão socialmente excluídas. Os dados estatísticos disponíveis mostram que as pessoas com deficiência apresentam níveis de escolaridade e empregabilidade baixos e inaceitáveis. Isto também resulta em um maior número de pessoas com deficiência vivendo em situações de pobreza real se comparadas com cidadãos não deficientes.

Sintonizados com essa situação, os entrevistados sinalizaram a importância de ter acesso ao “nível superior” e à “profissionalização”, fundamentais na busca de formação ampliada para o acesso a melhores oportunidades de trabalho.

Outra subcategoria que surgiu nas entrevistas foi a “Invisibilidade pública” nesta subcategoria a narrativa dos entrevistados está repleta de situações de discriminação ocorrida no local de trabalho, “É como se o surdo tivesse um chicote nas costas dele [...] pega um surdo lá atrás, ele também vai dizer que era assim.” (E6). Trata-se de um relato denso, impregnado de sentimento profundo de exclusão. Essa fala está carregada de simbolismo e, quando o entrevistado se refere ao “chicote nas costas dele”, que outros surdos irão confirmar, percebe-se um contexto de dominação de classes e a ausência de direitos sociais:

Outro relato que destaca essa visão estereotipada da surdez diz: “Fazem piadinha por ela ser surda” (E7). Embora a referência possa sugerir uma brincadeira sem maiores pretensões, ela está impregnada de preconceito baseado na

percepção da surdez como deficiência que destaca a falta da audição como característica principal do sujeito e projeta para o coletivo de surdos o estereótipo cristalizado do “coitado” e do deficiente:

[...] a humilhação é flecha que acerta cedo e fundo a personalidade. Machuca o humilhado depois de já haver machucado seus ascendentes, sua família, seu grupo de raiz, sua classe, às vezes um povo inteiro. Nunca é dor de um indivíduo, porque a dor é nele dividida entre seus irmãos de destino. (COSTA, 2004, P. 32)

Os entrevistados manifestam indignação com essa percepção equivocada de que os surdos são pessoas de segunda categoria, objeto de piadas e atitudes preconceituosas.

A legislação brasileira, por meio da Constituição Federal (BRASIL, 1988), art.3º, IV e a Convenção Sobre Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, fixam parâmetros da não discriminação no trabalho. A convenção nº 111 (1959) da OIT – Organização Internacional do Trabalho, ratificada no Brasil em 1965, pela primeira vez a nível internacional deixa claro o conceito de “discriminação”:

Artigo 1 – 1.a) toda distinção, exclusão ou preferencia fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão;

b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferencia que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão, que poderá ser especificada pelo Membro interessado depois de consultas as organizações representativas de empregadores e trabalhadores, quando estas existam e outros organismos adequados.

O não reconhecimento de que o colega de trabalho surdo é um cidadão repleto de potencialidades, pertencente a um grupo cultural minoritário, está também relacionado com o fenômeno do sociocentrismo citado anteriormente. Tal fenômeno estabelece uma relação desigual de poder na qual o surdo, em minoria aos ouvintes, é discriminado e conseqüentemente excluído de acessar outras oportunidades no espaço social. A discriminação relatada pelos entrevistados fere os princípios da Convenção das Pessoas com Deficiência, (aprovada pela ONU e assinada pelo Brasil em 2007). Seu artigo 3 determina, entre outros princípios, o respeito à dignidade humana das pessoas com deficiência e a não discriminação:

“Princípios gerais

Os princípios da presente Convenção são:

O respeito pela dignidade inerente, independência da pessoa, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e autonomia individual;

A não-discriminação;

A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;

O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;

A igualdade de oportunidades;

A acessibilidade;

A igualdade entre o homem e a mulher; e

“O respeito pelas capacidades em desenvolvimento de crianças com deficiência e respeito pelo seu direito a preservar sua identidade.”

Ao contrário, como relata E14 “A questão é que ele não era respeitado”. De fato, este sentimento de desrespeito fere a dignidade humana do surdo, que repudia posições discriminatórias, se afirma e se expressa com o respeito e o orgulho de sua identidade surda, citada por Sá (2006, p.17):

Há tentativas de encarar o surdo como autor e ator de uma cultura minoritária, como usuário de uma língua natural, como grupo que demanda uma educação bilíngue e multicultural, como pessoas diferentes, normais e de identidades legítimas.

Na contramão dessa posição emancipada que o surdo vem gradativamente ocupando na vida social, surge no local de trabalho a mais aviltante das percepções do outro (principalmente sendo esse outro, um colega do “dia a dia” de trabalho), a de que o outro simplesmente não está ali, o outro é coisificado, fica invisível. Embora não tenha estudado surdos (seu interesse foram os garis), a pesquisa de Costa (2004, p. 156) é relevante para este trabalho quando o autor afirma que a invisibilidade pública se identifica nas relações sociais hierarquizadas e classistas entre “cegos superiores” e “subalternos invisíveis”:

A invisibilidade pública, condição não natural a que um homem pode ser submetido, forma-se entre “cegos superiores” e “subalternos invisíveis”. No cego, representa obliteração na comunicação com cidadãos rebaixados, representa interdição de nossa sensibilidade à revelação de outrem como revelação de alguém. Insensatez, ignorância e indelicadeza. O sujeito cegado comporta-se com ignorada impolidez ou com indiferente impolidez; passa neutro pelos garis, como quem passa por objetos, por obstáculos, ou o faz presunçosamente e sem perturbação. “Qualquer que seja o caso, resiste aos poderes da presença de um outro “abaixo”: incorre em negação automática ou arrogante da humanidade dos pobres”.

Outra interpretação sobre invisibilidade de pessoas surdas é baseada no mito do monolinguismo (FAVORITO, 2006), que se refere ao apagamento e à invisibilidade de minorias linguísticas em contextos bilíngues onde prevalece a língua falada.

Relatos densos podem ilustrar a situação, como o do E3: “O pessoal saía para almoçar ou confirmavam alguma coisa depois do expediente e não me chamavam”. Que razões podem levar outros seres humanos trabalhadores a não reconhecer outro semelhante seu, também trabalhador e desconsiderá-lo? “Eles não me olhavam” informa a nossa entrevistada E15. O que faz com que colegas de trabalho ignorem outro colega de trabalho do mesmo setor? É muito significativa a dor daquele que é humilhado perante uma ação discriminatória e aviltante, que atinge os demais surdos e é intolerada pela legislação brasileira e internacional:

Pessoas com deficiência: cidadãos invisíveis

A discriminação enfrentada por pessoas com deficiência é por vezes baseada em preconceitos contra elas, porém mais frequentemente é causada pelo fato de que as pessoas com deficiência são em sua maioria esquecidas e ignoradas e isto resulta na formação e perpetuação de barreiras ambientais e atitudinais que as impedem de participar na sociedade.

Declaração de Madri (2002), preâmbulo, Item 4.

As barreiras mencionadas prejudicam a participação plena dos surdos no espaço social e profissional e estão impregnadas de preconceitos classistas e culturais: “Pensam que os surdos não sabem das coisas, acham que são estúpidos” (E14). Nesse ambiente de trabalho onde não há interação social entre os próprios colegas de função e o respeito básico não existe nas relações, a expectativa de desenvolvimento através do trabalho digno não se instala. Ao contrário, há relatos que retratam muito bem esse contexto de ostensiva discriminação que, muitas vezes, leva o trabalhador a sair do emprego: “Não fui feliz porque ele não conversava comigo [...] reclamava de tudo, em relação aos ouvintes ele não tinha esse problema” (E2).

Esses relatos dos universitários a respeito da inserção profissional do trabalhador surdo revelam inúmeras adversidades enfrentadas no ambiente profissional: “A chefe conversava com ele de forma menos séria” relata o E14.

Muitas vezes essas falas se apresentam como denúncia, demonstrando que esses surdos repudiam qualquer forma de tratamento que não seja digno e respeitoso. Nessa perspectiva, os entrevistados marcam posição e surge a subcategoria que foi majoritariamente expressada em suas falas: **“O surdo tem que provar que é capaz”** (grifo nosso), com dezesseis registros. Esta fala consensual entre os entrevistados foi explícita na entrevista de E2: “atitude de mostrar a todos os ouvintes que o surdo é capaz”.

Perante um cenário profissional desinformado a respeito da surdez, E3 se refere à falta de confiança no trabalhador surdo: “ele não tinha muita confiança no meu trabalho, o ouvinte está sempre achando que o surdo não é capaz”. Trata-se de credibilidade nas potencialidades dos sujeitos e alguns sofrem pela falta desse reconhecimento, conforme relato deste mesmo entrevistado. Esta posição consensual no grupo vem se contrapor a comportamentos ajustados à cultura local dominante, muitas vezes desejados nas instituições que atendem a pessoas com deficiência. Relatos como o do E4 – “O surdo ficava pensando que não era capaz, que não iria conseguir” – explicitam um discurso auto depreciativo ainda presente no segmento de pessoas surdas, decorrente da ostensiva e histórica opressão vivida por eles, antes respaldados por uma legislação já ultrapassada, mas que ainda influencia comportamentos e atitudes:

Ao longo do tempo termos como “aleijado”, “inválido”, “incapacitado”, “defeituoso”, “desvalido” (Constituição de 1934), excepcional (Constituição de 1937 e Emenda Constitucional nº1 de 1969) e pessoa deficiente (Emenda Constitucional 12/78) foram usados e ainda são, infelizmente! (GUGEL, 2007, p. 63)

Para ilustrar nossa reflexão sobre essa percepção social depreciativa da surdez e seus desdobramentos sociais, recorreremos ao simbolismo da transformação humana num inseto, vivida pelo personagem principal da obra clássica “A Metamorfose” de Kafka. Quando Gregor Samsa, um caixeiro viajante, levando uma vida ajustada aos padrões familiares e profissionais exigidos, se aniquila como pessoa e amanhece em seu quarto transformado numa barata “ele era uma criatura do chefe, sem opinião própria nem dignidade” (KAFKA, 1915/2002, p. 11). A propagação equivocada a respeito das reais potencialidades das pessoas com deficiência muitas vezes culpabiliza esses sujeitos e os coloca em situação de desvantagem social. A invisibilidade pública, o apagamento denunciado pelos

surdos trabalhadores tem muita semelhança com a metamorfose sugerida na obra de Kafka, transformação de minorias em seres invisíveis socialmente.

Os entrevistados não aceitam essa falta de confiança e se contrapõem ao pensamento hegemônico que permeia as relações sociais no trabalho, reafirmando que “o surdo tem que provar que é capaz”. Demonstram uma atitude política de resistência e indignação: “Ele tem que se posicionar, firmar o pé” (E6). Os sujeitos entrevistados demonstram uma tomada de consciência crítica com a unificação do discurso afirmativo de que “o surdo tem que provar que é capaz”, através de atitude política de afirmação de identidade (SILVA, 2009; PERLIN, 2010).

“O surdo tem que provar que é capaz”, presente consensualmente na fala desses sujeitos, tem importância fundamental para a compreensão do fenômeno das representações sociais objeto desse estudo, que iremos detalhar mais no item seguinte.

Em articulação ao tema Inserção Profissional de Surdos: TRABALHO está o tema Inserção Profissional de Surdos – COMUNICAÇÃO, ilustrado na Tabela 2. A comunicação de surdos no local de trabalho, estudada nas pesquisas de Reis (2006), Silveira (2007) e Shimono (2008), apresenta situações que dificultam a interação social no espaço profissional. Dentre esses obstáculos destacamos: “ausência do acesso à comunicação no local de trabalho”, “dificuldades na comunicação relacionadas ao cumprimento de tarefas” e “constrangimento no relacionamento gerado pela falta de convívio, condições precárias de acessibilidade”. Esses registros indicam que a comunicação no local de trabalho dessas pessoas surdas é precarizada, permeada de obstáculos que efetivamente trazem prejuízos para a inserção profissional desses sujeitos.

Esse lugar é uma maravilha! Mas como é que faz para sair da Ilha? Pela ponte, pela ponte!

A ponte, Acústico MTV, Lenine.

Tabela 2 – Tema: Inserção Profissional de Surdos – COMUNICAÇÃO.

| INSERÇÃO PROFISSIONAL DE SURDOS – COMUNICAÇÃO | | | |
|--|---------------------|---|-----------|
| Categoria | Subcategoria | Enunciados dos Universitários | Nº |
| Comunicação | A ponte | “poucos conhecem e interagem, a maioria não tem interesse”E2 | 13 |
| | | “até a chefia sabia um pouco de língua de sinais, o que era principal ela sabia”E12 | 11 |
| | | “a gente se comunicava em português escrito”E5 | 10 |
| | | “se comunicar e interagir” E5, E7, E8, E11, E12, E14 | 16 |
| | | “me pediam para fazer a ponte entre eles e os colegas surdos”E10 | 3 |
| | | “nas reuniões as pessoas ficavam se comunicando, explicando, conversando e eu surdo ficava a margem disso” E5 | 5 |
| | | “sempre tinha reuniões [...] eles resolveram começar a chamar intérpretes eu junto com o intérprete” E10 | 5 |
| | | “... a gente quer um TDD (Dispositivo das Telecomunicações para o Surdos) para se comunicar” E6 | 1 |
| | | “não era algo regular, de vez em quando aparecia um intérprete” E10 | 7 |
| | | “é complicado resolver [...] ele não está previsto no orçamento e você não pode deixar um intérprete todo dia na empresa e ele ficar parado lá” E13 | 7 |

A interação social no local de trabalho é fundamental para todos os atores envolvidos no desenvolvimento das atividades laborativas. O desinteresse em

interagir com sujeitos surdos colegas de trabalho foi massivamente apontado pelos entrevistados, conforme relatos que apresentamos a seguir, por exemplo: “a interação é uma aceitação cultural, as pessoas precisam conhecer essa cultura [...] poucos conhecem e interagem, a maioria não tem interesse” (E2). Este discurso mostra a importância do encontro intercultural no ambiente profissional. Porém, é importante enfatizar que o ingrediente principal desse encontro reside inicialmente na vontade política de se estabelecer o contato. Do contrário, uma interação social forçada não favorece a nenhum desses atores. Para o mesmo entrevistado, “é difícil ter uma conversa em língua de sinais com os ouvintes, parece que o trabalho é todo meu” (E2).

Outro relato que enfatiza essa ruptura no entendimento entre as pessoas é apresentado por um entrevistado que utiliza a Libras e a comunicação oral: “sou oralizada, mas às vezes me sinto mal porque não consigo me comunicar cem por cento” (E3). Os surdos relatam que ficam à margem da comunicação no espaço profissional e não conseguem captar muita coisa, conforme informa E6: “havia muita conversa no trabalho [...] e eles sempre diziam que não era nada”.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 6 de dezembro de 2006, através da resolução A/61/611, em seu artigo 2 apresenta as definições sobre comunicação:

Para os propósitos da presente Convenção:

“Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o braile, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação;

“Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada;

“Discriminação por motivo de deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nas esferas política, econômica, social, cultural, civil ou qualquer outra. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável;

Outros fatores são mencionados pelos entrevistados para que a efetivação da comunicação no local de trabalho se estabeleça e a interação desejada se construa

gradativamente sem entraves rígidos: “Até a chefia sabia um pouco de língua de sinais, o que era principal ela sabia” (E12). Neste caso, havendo um interesse das pessoas e da empresa, a interação vai se construindo: “As pessoas lá estão dispostas a aprender Libras, batem papo comigo, trocamos e-mail, temos uma boa comunicação” (E15). Observamos que os obstáculos para a efetivação de uma boa comunicação no local de trabalho podem ser substituídos por ações que proporcionem o entendimento de todos considerando suas diferenças linguísticas.

Uma estratégia de comunicação eventualmente utilizada pelos trabalhadores surdos nas relações interpessoais na empresa é o emprego da língua nacional escrita. Há relatos dos entrevistados indicando que essa prática é comum sendo empregada para se estabelecer um mínimo de entendimento entre chefe ouvinte e subordinado surdo e entre colegas: “a gente tinha que partir para a parte escrita mesmo para tentar uma comunicação efetiva” (E14).

A preocupação com a linguagem escrita e a profissionalização dos surdos é antiga. Há vários registros na história do INES sobre a educação de surdos, podendo ser destacado um relatório do ano de 1870, que enfatizava a comunicação por escrito e o ensino profissional, constante na obra de Rocha (2010, p.114):

[...] com a transição do regime monárquico para o regime republicano, o fim da escravidão e a Guerra do Paraguai, permaneceu alinhado a essas suas primeiras impressões, quais sejam: linguagem escrita e uma profissão. Sempre destacou a importância do ensino profissional defendendo que este sim asseguraria ao surdo um lugar na sociedade e a possibilidade de se manter.

É corrente no campo da educação de surdos as dificuldades encontradas por alunos surdos na aquisição e produção da língua nacional escrita. O tema português escrito tem sido objeto de estudo no campo da educação de surdos. Para um melhor entendimento desse processo destacamos aqui alguns aspectos pedagógicos, legais e práticos, propostos por especialistas, sobre a aquisição da língua nacional escrita como segunda língua para a educação de surdos. Há estudos discutindo as abordagens no ensino dessa modalidade, destacando-se que a aquisição do português deva ser através da Libras, ministrada preferencialmente por professores surdos:

[...] as representações atribuídas pelos alunos surdos à língua de sinais, é possível perceber a demanda dessas pessoas também pelo português. Mas, ao meu ver, creio que esse desejo está sempre associado à possibilidade de acesso à leitura e escrita pela língua de sinais como nos diz Marina -“o português através da língua de sinais” -, o que me parece significar uma reivindicação maior do que simplesmente aprender uma língua [...] (FAVORITO, 2006, p. 232)

Como já mencionei, os professores, em geral, na medida em que representam o português dos surdos como muito restrito em relação ao vocabulário, acabam por enfatizar esse aspecto, o que diminui muito o ritmo do currículo. No depoimento abaixo, a crença de que aprender português equivale a saber palavras retoma os pressupostos do oralismo aqui convertido para a escrita” (Ibid., p.239.)

Entendemos que um aspecto importante na aquisição da língua portuguesa pelos surdos, na sua modalidade escrita, não deva se restringir ao aumento do vocabulário, mas privilegiar a compreensão de significados e respectivos contextos, evitando assim os copistas e analfabetos funcionais.

A demanda dos surdos na aquisição do português escrito para sua utilização no cenário profissional, no qual muitas vezes é obrigado a redigir um documento ou para uma eventual comunicação interpessoal, tem se constituído numa preocupação a mais para esses trabalhadores, visto que apresentam dificuldades nesta modalidade. A legislação brasileira, por meio do decreto de regulamentação da Libras, estabelece a obrigatoriedade e prazos para a inclusão da Língua Portuguesa nos currículos de formação de professores para educação de surdos:

O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa. (BRASIL, 2005, Art. 13).

Os surdos trabalhadores nas empresas representam um quantitativo muito pequeno em relação aos demais trabalhadores ouvintes. Esse quadro se reproduz no mundo corporativo porque as empresas são historicamente constituídas de pessoas ouvintes, detentoras do processo de comunicação oral vigente no espaço profissional. Esse fenômeno de isolamento pelo qual os surdos, na condição de minoria, enfrentam nos locais de trabalho foi exaustivamente sinalizado pelos entrevistados: “Só tinha eu no meio de muitos ouvintes” (E3). Esta situação real de

isolamento também foi manifestada pelo entrevistado E10: **“Era um grupo ilhado”** (grifo nosso). Este é o sentimento do sujeito “estrangeiro” que no dia a dia, através do seu trabalho, tenta provar suas potencialidades aparentemente embotadas no isolamento involuntário dos surdos: “você só entra e trabalha [...] não há interação” (E2). Esta **“ilha”** (grifo nosso) se apresenta em vários locais de trabalho, segundo os depoimentos dos entrevistados. Há relatos sobre a existência desses grupos ilhados em empresas com muitos funcionários ouvintes, em quantitativo superior a mil funcionários, e respectivo grupo de pessoas com deficiência em geral, num total de cinquenta pessoas, dentre elas as pessoas surdas. Há relatos que dão conta dessa relação majoritária de ouvintes e minoritárias de surdos em empresas onde existe apenas um ou dois surdos trabalhando.

Formam-se naturalmente grupos dessas pessoas dentro das empresas que, por uma atração identitária, se agrupam no espaço profissional onde naturalmente se fortalecem e a comunicação não sofre bloqueios. A analogia feita pelo entrevistado quando se refere a grupo ilhado, de fato, traduz o contexto sócio cultural desses espaços.

Ao perguntarmos quais as dificuldades encontradas pelos entrevistados no local de trabalho, a maioria respondeu que a dificuldade é a comunicação e a interação social: “se comunicar e interagir”, responderam os entrevistados E5, E7, E8, E11, E12 e E14. Alguns surdos atribuem essa dificuldade à falta de informações a respeito de pessoas surdas nas empresas: “não há um ensinamento, uma explicação” (E2), “a empresa não sabe como proceder” (E10).

O isolamento no local de trabalho citado nos depoimentos dos entrevistados se constitui num enorme obstáculo. Os surdos se sentem insulanos de um lugar invisível, “ilhados” conforme relatou nosso entrevistado. A **“ilha”** (grifo nosso) de surdos no trabalho cercada de ouvintes por todos os lados não é somente física, não é uma questão somente quantitativa, uma contingência natural nas empresas. A ilha da qual os surdos sinalizam está cercada de “intolerância” cultural por todos os lados, impregnada de desinformação e desinteresse, conforme discussão apresentada por nós na subcategoria **“Invisibilidade Pública”** da Tabela 1.

Em nenhum momento percebemos nos depoimentos dos entrevistados a “fala” dos resignados ou uma repetida cantilena que os imobilizassem; ao contrário,

a todo o momento são apresentadas alternativas de contato com o “continente”, conforme relato de um entrevistado: “me pediam para fazer a ponte entre eles e os colegas surdos” (E10). Esta é uma prática usual nas empresas que têm pessoas surdas trabalhando no mesmo local: um colega surdo ou ouvinte que conhece língua de sinais faz a ponte entre os ouvintes e os demais surdos, minimizando as diferenças.

Sobre a figura da **ponte** (grifo nosso) que liga duas culturas, conforme o relato dos entrevistados, ela é muito bem representada por Costa (2004) na obra *Homens Invisíveis*. Esta ponte que liga margens opostas, muitas vezes, se apresenta como a ponte pênsil suspensa (retrátil) que, ao ser recolhida, separa de novo essas margens. Remetendo a reflexão para o contexto do trabalho, essa intermediação eventual de intérpretes é da maior importância, pois minimizam as dificuldades na comunicação entre esses atores, mas quando falta esse apoio as dificuldades retornam.

Outros entrevistados relataram que assumem esse papel intermediador nas empresas: “era eu que passava as informações para os demais surdos” (E8). Esta função de ponte exercida nas empresas diminui os obstáculos na comunicação, mas não resolve a questão da autonomia do trabalhador surdo no local de trabalho. A ponte também se apresenta na tradução do português para a Libras e vice versa, intermediada pelo Intérprete (profissional proficiente em Libras), que iremos discutir a seguir na categoria “Acessibilidade e surdez”.

Nas entrevistas com os sujeitos da pesquisa perguntamos como era a participação deles na empresa. Os surdos consideram que é fundamental a participação na empresa. No entanto, metade dos entrevistados sinalizou que encontra muita dificuldade nessa participação: “nas reuniões as pessoas ficavam se comunicando, explicando, conversando e eu surdo ficava a margem disso” (E5). A falta de entendimento sobre o que se fala nas reuniões, palestras e outros eventos, obstaculiza a participação desses sujeitos, como afirma E3: “nós nunca tivemos reuniões, festas, as vezes tinha palestra [...] eu fiquei sentada lá sem entender nada”. Esta falta de entendimento relatada se configura num desrespeito à diversidade cultural dos trabalhadores surdos no espaço profissional. Sem alternativas de comunicação, esses trabalhadores ficam alienados da dinâmica das

empresas, conforme informa o entrevistado E11 “não tinha um intérprete, eu estava na reunião e a pessoa que estava ao meu lado tentava me passar o que era mais importante e significativo”.

Em situações como as descritas, um tanto comum nas empresas, o surdo continua dependente de seus colegas, que “tentam” passar o que eles (e não o surdo) julgam ser importante. Os demais entrevistados relataram que participam na empresa e têm acesso à informação por meio da intermediação do profissional intérprete: “sempre tinha reuniões [...] eles resolveram começar a chamar intérpretes eu junto com o intérprete” (E10). Esses surdos informam que a empresa que apoia a participação dos surdos utiliza os trabalhos do intérprete que traduz para a Libras os assuntos tratados nesses eventos coletivos. A tradução do português para a língua de sinais e desta para o português realizado pelo profissional proficiente em Libras, oficialmente capacitado conforme determina a legislação em vigor, embora seja uma conquista garantida com muita luta dos surdos na sociedade, no ambiente de trabalho ainda representa um “gargalo” na negociação de conteúdos e significados das constantes comunicações do dia a dia e no que se refere ao aumento de custos com despesas de contratação do intérprete.

Alguns entrevistados informaram que a política de apoio à participação dos surdos nas empresas, às vezes, é interrompida pela falta do intérprete: “é complicado resolver [...] ele não está previsto no orçamento e você não pode deixar um intérprete todo dia na empresa e ele ficar parado lá” (E13). Não é prática usual a permanência de intérpretes nas empresas, pois eles são contratados para intervenções esporádicas.

E por fim, articulado aos dois temas anteriores (TRABALHO E COMUNICAÇÃO), encontra-se o terceiro: Inserção Profissional de Surdos: DIREITO SOCIAIS, explicitado na Tabela 3, em que foi inferida a subcategoria “Militância e Projeto Profissional”. Importante considerar a definição de “direitos sociais” estabelecida pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu Art. 6, na redação dada pela Emenda Constitucional nº. 64, de 2010: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.

Princípios Fundamentais – Assistente Social: ética e direitos – CRESS 7ªr

Tabela 3 – Tema: Inserção Profissional de Surdos – DIREITOS SOCIAIS.

| INSERÇÃO PROFISSIONAL DE SURDOS – DIREITOS SOCIAIS | | | |
|---|--|--|-----------|
| Categoria | Subcategoria | Enunciados dos Universitários | Nº |
| Direitos Sociais | Militância e Projeto Profissional | “a gente era visto como limitados, [...] a gente era tratado como deficientes. [...] a gente agora está em igualdade” E11 | 6 |
| | | “Tem muitos ouvintes que também não sabem muita coisa. Então é liberdade, liberdade de acesso” E2 | 1 |
| | | “eu acho fundamental, determinante a importância do surdo mesmo buscar, de ele querer, porque até então o surdo não sonhava” E4 | 5 |
| | | “eu queria ser um representante nacional de surdos para eu mostrar a nível nacional as capacidades dos surdos [...] quero viajar e mostrar para os ouvintes o que é ser surdo” E6 | 3 |
| | | “Existe mais de 15 surdos mestres. Isso tá começando agora, as empresas estão observando isso, então eles vão começar a dar palestras em vários lugares divulgando. Os surdos começaram a fazer livros, são autores de livros” E7. | 14 |

A questão dos direitos sociais constitucionais e os previstos na legislação específica são temas pautados na história de luta dos surdos, empreendida por meio do movimento social de surdos (Feneis e associações de surdos) e aliada com os movimentos sociais gerais que se manifestam contra qualquer tipo de discriminação, conforme preconizado na Declaração de Madri (2002):

3. AS BARREIRAS SOCIAIS GERAM A DISCRIMINAÇÃO E A EXCLUSÃO SOCIAL

A forma como amiúde estão organizadas as nossas sociedades leva a que as pessoas com deficiência não sejam capazes de exercer plenamente os seus direitos fundamentais e sejam excluídas

socialmente. Os dados estatísticos disponíveis mostram-nos que as pessoas com deficiência atingem níveis inaceitavelmente baixos de educação e emprego. Isto tem como resultado que um grande número de pessoas com deficiência viva em situação de pobreza extrema em comparação com os cidadãos não deficientes.

Na atualidade as lutas específicas de segmentos minoritários têm sido orientadas no sentido de garantir direitos que, embora previstos na legislação, ainda se encontram em fase de consolidação no país. A efetivação de direitos desses grupos minoritários nos espaços sociais encontra muitos obstáculos e resistência do poder estabelecido. Este, na condição de maioria constituída, exerce poderes resultantes de uma correlação de forças desiguais na defesa de interesses contraditórios que ainda obstaculizam a acessibilidade desses grupos. No caso de pessoas surdas, a acessibilidade está diretamente relacionada com a legitimação da Libras, conforme determina a legislação discutida na Introdução.

Baseados nos princípios fundamentais da pessoa humana, nos direitos sociais previstos na Constituição Brasileira tais como Direito à vida; Direito à igualdade de oportunidades; Direito à integridade física, psíquica e moral; Direito à educação, à saúde e à habitação; Direito à liberdade de expressão e informação; Direito à propriedade com função social e o conjunto de leis que tratam de direitos específicos de segmentos humanos minoritários; Direito da Mulher (Conselhos e a Delegacia da Mulher); Direitos da criança e do adolescente (ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/90); Direito do Idoso (Estatuto do Idoso Lei 10.741) e Direito das Pessoas com Deficiência (Conselhos Municipais e Estaduais de defesa de direitos), esses grupos vêm lutando exaustivamente para que as mudanças previstas se instalem.

Os resultados dessa pesquisa revelam que 81% dos sujeitos entrevistados têm participação social, política e religiosa (Fig. 6). Este percentual demonstra um pensamento crítico em relação ao cumprimento de direitos, deveres e o comprometimento com as questões coletivas desse segmento. São participações em igrejas e em movimentos de representação de surdos, conforme relato do entrevistado E6: “eu queria ser um representante nacional de surdos para eu mostrar a nível nacional as capacidades dos surdos”. Muitos militam nas associações de surdos do Rio de Janeiro e em movimentos de âmbito nacional.

Os surdos entrevistados apresentaram relatos relacionados à questão da afirmação e negação de direitos básicos da pessoa humana, direitos sociais gerais e

direitos específicos, conforme citamos anteriormente. Alguns depoimentos têm forte teor político, social, cultural, com ênfase na questão dos direitos identitários e o respeito à cidadania do sujeito surdo. Por exemplo: “A gente era visto como limitados (E11). Este depoimento expressa a aspiração de igualdade e respeito, repudiando a exclusão. Os entrevistados marcaram esse tema da pesquisa com uma posição inegociável no que diz respeito à “igualdade direitos e o respeito à cidadania do surdo”. Outro depoimento relevante destaca a liberdade de acesso para a pessoa humana surda, ou ouvinte. Com ênfase neste direito, o entrevistado E2 se pronuncia afirmando: “tem muitos ouvintes que também não sabem muita coisa. Então é liberdade, liberdade de acesso”.

A expectativa de participação em movimentos de representação de pessoas surdas demonstrada pelos universitários mostra a necessidade de ampliar a nível nacional o conhecimento de suas potencialidades e demandas. Nesta direção foram alguns depoimentos quando perguntamos qual o projeto profissional, sonhos e expectativas, que resultou na categoria “Ser Professor”: “quero ser funcionário daqui (INES) e também criar mais escolas específicas para surdos, esse é meu sonho” (E1). “Ser professor” se mistura também com a subcategoria anterior, “Representação nacional de surdos”, pois ambas carregam esse forte teor identitário. Outro depoimento que destacamos diz respeito à convicção do entrevistado, futuro professor, em ensinar e escrever sobre o desenvolvimento da língua portuguesa junto aos surdos: “Meu sonho é me formar e conseguir ser professora, orientadora educacional, a minha monografia vai ser sobre orientação educacional do surdo [...] ajudar o surdo a desenvolver o português” (E15).

Os sujeitos dessa pesquisa são estudantes de Pedagogia e Letras Libras. Irão se formar (a primeira turma de Letras Libras se formou no final de 2010) para ministrar aulas. Serão professores e pedagogos para atuar na educação de surdos, conforme ficou demonstrado em vários depoimentos. Este fenômeno social passa a representar um novo paradigma na educação de surdos, de acordo com Favorito (2006, p. 246):

Alguns desses atalhos me parecem indicados pelos alunos quando nos falam do papel crucial da língua de sinais em suas vidas e no processo de aprendizagem, da construção de significados como uma experiência visual e, em decorrência de tudo isso, a necessidade de professores surdos.

Nos relatos dos entrevistados predomina a necessidade de participar das questões relacionadas à surdez por duas razões principais: como militantes, para dar visibilidade nacional a essas demandas e como professores na educação de surdos para fortalecer seus pares da escolarização inicial ao ensino superior, na expectativa de ocuparem outros espaços profissionais.

5.3- Universitários Surdos e Inserção Profissional: em busca do núcleo figurativo da representação social

Essa pesquisa realizada com surdos universitários trabalhadores, baseada na TRS (MOSCOVICI, 1961/2009), viabilizou conhecermos o pensamento social desse segmento de pessoas a respeito da inserção profissional no contexto das relações sociais de seus pares na cidade do Rio de Janeiro.

A TRS se apresenta como um instrumental teórico-metodológico muito eficaz para o conhecimento do pensamento e da realidade social desses grupos, pois, se construídas por esses sujeitos, passam a ser referenciais de pensamento e condutas sobre a realidade. As representações sociais nos permitem assim a interpretação da realidade cotidiana. Segundo Alves-Mazzotti (1994, p. 2):

O estudo das representações sociais parece ser um caminho promissor para atingir esses propósitos na medida em que investiga justamente como se formam e como funcionam os sistemas de referência utilizados para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana. Por suas relações com a linguagem, a ideologia e o imaginário social e, principalmente, por seu papel na orientação de condutas e das práticas sociais, as representações sociais constituem elementos essenciais à análise dos mecanismos que interferem na eficácia do processo educativo.

Nas representações sociais os universos externos e internos do sujeito estão em constante interação, pois não há dicotomia nem prevalência do social ou do individual. Não há uma reprodução passiva e compulsória de ideologias, conceitos e valores, nem uma posição psicologizante com ênfase no psiquismo do indivíduo. As representações sociais são teorias coletivas do real que traduzem o pensamento social de grupos e pessoas e norteiam atitudes e condutas. Podemos compreender e caracterizar esses sujeitos a partir das representações compartilhadas por eles sobre cada objeto social (Ibid.,1994).

A seguir vamos tratar da formação das representações sociais com base na abordagem processual, que busca os processos de objetivação e ancoragem, mostrando que tais representações têm a função de “tornar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, familiar” (DUVEEN, apud MOSCOVICI, 2009, p. 20). Segundo Jodelet (2005, p. 47):

Os processos constitutivos, a objetivação e a ancoragem, têm relação com a formação e o funcionamento da representação social, que eles explicam a partir de suas condições de emergência e de circulação, que são as interações e as comunicações sociais.

As representações sociais são teorias do senso comum que tornam familiar o não familiar, transformam palavras, ideias ou seres desconhecidos em palavras usuais próximas e atuais (MOSCOVICI, 2009). Nos mecanismos da ancoragem as situações, palavras, novas teorias, comportamentos estranhos são submetidos a uma escala de valores e relacionados com uma rede de categorias estruturadas no sujeito, desencadeando o outro mecanismo denominado objetivação, que opera a transformação daquele objeto abstrato. Este se torna tangível e familiar e é inserido no sistema de categorias com nome conhecido. Consolida-se assim a formação de uma imagem que exprime determinado objeto social. Desta maneira,

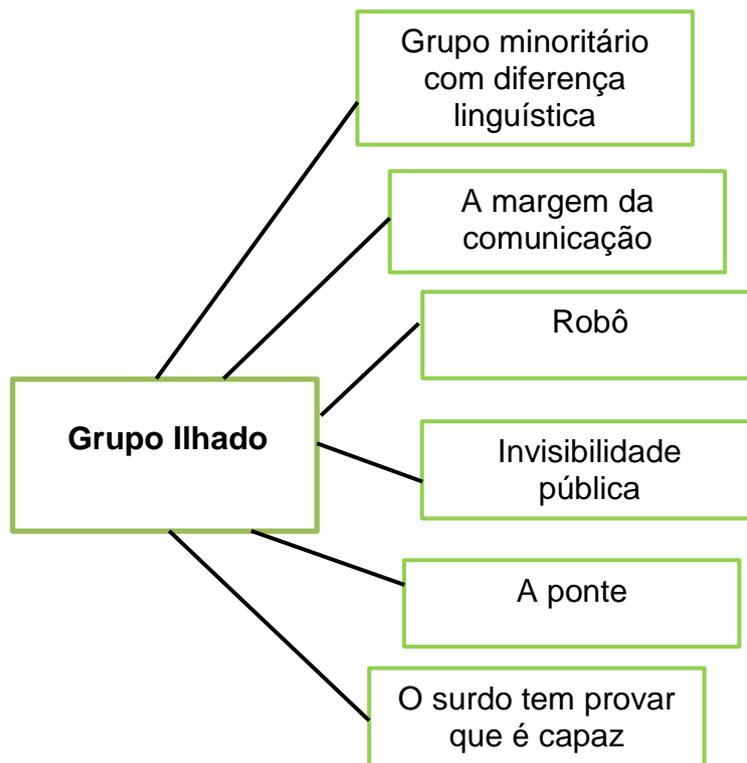
[...] uma estrutura imaginante reproduz, de forma visível, a estrutura conceitual de modo a proporcionar uma imagem coerente e facilmente exprimível dos elementos que constituem o objeto da representação, permitindo ao sujeito apreendê-los individualmente e em suas relações. O resultado dessa organização é chamado de núcleo ou esquema figurativo. Alves-Mazzotti (1994, p. 7).

Na busca de representações sociais sobre inserção profissional de surdos, nossos entrevistados apresentaram uma variedade de situações que retratam de maneira inequívoca um contexto de trabalho adverso constituído de muitas peculiaridades significativas. São aspectos importantes no processo de formação da representação social investigada.

A análise categorial temática mostrou que, para os entrevistados, os surdos são minorias imersas no mundo do trabalho formado por uma maioria de pessoas ouvintes que utiliza a comunicação oral nas relações interpessoais. Esse ambiente linguístico predominante obstaculiza a convivência entre surdos e ouvintes formando-se o que eles denominaram de “**grupo ilhado**” nesses locais. Essa expressão cunhada pelos sujeitos entrevistados se constitui no núcleo figurativo da

RS investigada, por condensar o significado acerca da inserção profissional de seus pares condensada numa imagem. O quadro 8 apresenta este núcleo envolto numa rede de significados acerca da representação social em estudo. A metáfora “grupo ilhado” designa assim a representação de inserção profissional de surdos, com ênfase em suas relações sociais.

Quadro 8: Núcleo figurativo da representação social de Inserção Profissional de Surdos.



A expressão “grupo ilhado” e seu conjunto de significados nos dá elementos para explicitar os processos de objetivação e ancoragem. Por meio da metaforização é possível compreendê-la como um discurso central que estabiliza o conceito e tem a adesão dos demais sujeitos. Para Mazzotti (1998, p. 4),

Exatamente por isso, uma metáfora é, ao mesmo tempo, um produto, resultado de um processo, e o processo pelo qual o ‘novo’ é assimilado nas representações prévias. O processo de metaforização se faz pela transformação do ‘objeto’ em algo que se apresenta como uma ‘imagem’, materializando-o na forma inteligível para o grupo social, a qual é o ponto de apoio ou âncora das significações postas na metáfora.

Na metáfora apresentada, os sujeitos se consideram insulanos de uma ilha constituída de sujeitos com identidade social marcada pela diferença linguística e cultural, plenos de potencialidades e atributos adquiridos com educação superior e formação profissional. Porém são submetidos ao que denominaram de inserção rápida, portanto incerta, “estranha”, e necessitam, por meio da militância política, lutar para fazer valer outra imagem de trabalhadores, a de que **o surdo é capaz**.

A expressão “grupo ilhado” representa a condição desses trabalhadores frente à inserção “rápida”, num ambiente majoritariamente constituído de pessoas que se comunicam noutra língua e que os tratam sem compreendê-los e sem reconhecê-los como profissionais. São tratados como “robô”, pois a maioria dos postos de trabalhos designados aos surdos é de auxiliares e serventes. Se sentem excluídos e discriminados no que denominamos de “invisibilidade pública” e a todo o momento são inclinados a lutar contra esse isolamento que eventualmente é quebrado com a figura da “ponte” (a intermediação do intérprete ou de colegas que ajudam na comunicação) ligando o grupo ilhado ao continente, representado pela cultura majoritária predominante no local de trabalho.

Segundo Mazzotti (1998, p.5):

Por certo, nas investigações das representações sociais, não nos comprometemos com a realização da crítica das metáforas, mas com sua exposição com vistas a mostrar o seu papel organizador das práticas de um grupo social.

Os sujeitos entrevistados eram todos universitários. No final de 2010 alguns concluíram a licenciatura em Letras Libras e já são professores podendo atuar na área da educação não mais como monitores ou assistentes, mas como professores titulares ocupando esse espaço profissional na condição de protagonistas, inaugurando uma nova ordem social onde prevalecerá o respeito às diferenças e a potencialidades do surdo. Esse fenômeno social em curso está em evidencia e muito presente na atual conjuntura da educação e do movimento de surdos no país.

A representação social desses sujeitos sobre a inserção profissional de surdos se impõe como uma bussola que aponta o rumo dessa trajetória de luta na busca da emancipação social, da liberdade e autonomia. “Grupo ilhado” é ao mesmo tempo a representação social investigada e a constatação de que esses sujeitos não aceitam passivamente o lugar da subalternidade e do isolamento. A representação

social em tela reforça a luta pela transformação política desse segmento tanto na direção interna do segmento estabilizando comportamentos e atitudes coletivas quanto na direção externa dando visibilidade social a um novo paradigma sobre a inserção profissional de surdos.

Minha ambição é dizer em dez frases o que o outro qualquer diz em um livro, o que o outro qualquer não diz nem num livro inteiro.

Crepúsculo dos Ídolos - Nietzsche, Friedrich

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção profissional de surdos investigada junto aos universitários que estudam no INES nos cursos de Pedagogia e Letras Libras (polo da UFSC) foi representada por esses sujeitos e relatada no corpo da pesquisa. A investigação nos permitiu conhecer os significados que esses sujeitos atribuem à inclusão profissional, indissociáveis de temas como comunicação e relações interpessoais existentes no local do trabalho, que se configuram em luta deste grupo social nos últimos anos.

Procuramos compreender essa rede de significados à luz da Teoria das Representações Sociais inferindo sobre o processo de formação desta representação por meio da abordagem processual, com apoio da metaforização (MAZZOTTI, 1998). Os resultados expressam um conhecimento prático, vivido no dia a dia do trabalho desses sujeitos. Foram apresentadas três tabelas com os seguintes eixos temáticos: Inserção Profissional de Surdos - TRABALHO, COMUNICAÇÃO e DIREITOS SOCIAIS extraídos das entrevistas com apoio da análise de conteúdo temática.

Eles representam a inserção profissional de surdos como um “grupoilhado” dentro da empresa, “à margem” da comunicação e participação com os ouvintes, sendo tratados em sua maioria como “robôs” nos trabalhos de servente e auxiliar. Se sentem desta maneira vítimas de “invisibilidade pública” no local de trabalho.

Os surdos trabalhadores nas empresas representam um quantitativo muito pequeno em relação aos demais trabalhadores ouvintes. Esse quadro se reproduz no mundo corporativo porque as empresas são historicamente constituídas de pessoas ouvintes, detentoras do processo de comunicação oral vigente no espaço profissional. Esse fenômeno de isolamento pelo qual os surdos, na condição de minoria, enfrentam nos locais de trabalho foi exaustivamente sinalizado pelos entrevistados: “Só tinha eu no meio de muitos ouvintes”, **“Era um grupoilhado”** (grifo nosso). Este é o sentimento do sujeito “estrangeiro” que no dia a dia, através

do seu trabalho, tenta provar suas potencialidades aparentemente embotadas no isolamento involuntário dos surdos: “você só entra e trabalha [...] não há interação” (relato de entrevistado). Esta “ilha” (grifo nosso) se apresenta em vários locais de trabalho, segundo os depoimentos dos entrevistados. Há relatos sobre a existência desses grupos ilhados em empresas com muitos funcionários ouvintes, em quantitativo superior a mil funcionários e respectivo grupo de pessoas com deficiência em geral, num total de cinquenta pessoas, dentre elas as pessoas surdas. Há relatos que dão conta dessa relação majoritária de ouvintes e minoritárias de surdos em empresas onde existe apenas um ou dois surdos trabalhando.

Vários relataram que o surdo “tem que provar que é capaz”. O isolamento cultural desses sujeitos dentro da empresa, representado na metáfora “grupo ilhado”, é quebrado quando se institui a “ponte”, concretizada pela presença eventual do intérprete em eventos, reuniões e por meio do português escrito. No entanto, esta ponte é do tipo retrátil, pois na falta de um ambiente linguístico favorável ao entendimento entre os trabalhadores da empresa, ela se recolhe. É assim estabelecida novamente a separação entre as margens dessa “ilha” e o continente do outro lado (FILHO, 2004).

Porém, novas oportunidades estão surgindo no cenário da educação e inserção profissional de surdos, apontadas pelos sujeitos dessa pesquisa. Na atualidade existe um conjunto de leis que favorece e estimula a participação e a acessibilidade desse segmento de pessoas em todos os espaços públicos na condição de sujeitos emancipados. No entanto, não basta a existência da legislação sem um controle social ostensivo para fazer valer a implementação dessas leis.

Os universitários surdos investigados demonstraram uma forte convicção na importância da divulgação do conhecimento por eles produzido, para dar visibilidade de suas posições ao conjunto da sociedade civil, enfatizando a necessidade de ampliação do espaço de poder e decisão da pessoa surda nas questões que lhe dizem respeito.

Outra importante medida expressa pelos entrevistados diz respeito a dar visibilidade social às reivindicações do grupo nos movimentos sociais e artísticos de surdos direcionados ao grande público: espetáculos de teatro, televisão, cinema, publicidade, esporte. Os sujeitos enfatizam a necessidade de se projetar nos meios

de comunicação social vigente a imagem dos surdos representada por eles próprios. Essa proposta tem respaldo nas recomendações da Comissão de Arte e Cultura da Federação Mundial de Surdos (WFD). Lulkin (2011, p. 39) indica essa atuação conjunta de artistas surdos e ouvintes na produção artística e cultural:

O documento sugere uma atuação conjunta entre artistas profissionais ouvintes e surdos na formação de atores, diretores, técnicos e produtores, buscando uma expressão cultural própria; enfatiza a necessidade de promover a língua de sinais nas manifestações artísticas; solicita pesquisas aprofundadas no campo da história e da cultura dos surdos com a inclusão desses estudos socioculturais no currículo escolar.

Os resultados indicam que há uma nova ordem social nesse campo a ser inaugurada a partir do debate livre e democrático sobre as questões da surdez. Os surdos brasileiros estão discutindo o direito de participar na construção da política nacional de educação de surdos e assumir cargos de direção e execução dessa política de educação em nosso país. Neste cenário, vale a pena destacar que o INES, responsável pela execução dessa política desde a sua fundação em 1857, pelo professor surdo E. Huet, até o ano de 2010 teve vinte e sete diretores. Com exceção de seu fundador, não consta nenhum outro surdo. Isso também se reflete no quadro de pessoal do INES no qual o percentual de professores surdos em sala de aula é muito baixo e inexpressivo.

Sentimos a necessidade de maiores aprofundamentos nas questões relacionadas ao programa de educação profissional desenvolvido no INES. É fundamental o envolvimento de surdos, ouvintes e de instituições tais como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), assim como o envolvimento de outros atores do campo da educação de surdos e representações do empresariado incluindo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Acreditamos na importância desse ciclo de transformações em curso e esperamos que essas conclusões possam contribuir de alguma forma para que os surdos professores, mestres e doutores sejam os protagonistas de uma nova era na educação de surdos brasileira. Finalizamos insistindo no impacto que os estudos sobre representações sociais podem ter no âmbito dessas mudanças, pois sua abordagem psicossocial contribui para a compreensão de processos simbólicos que

permeiam as interações, influenciando as práticas educativas. Novos estudos neste campo podem complementar o que apresentamos aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação**. Em Aberto: Brasília, DF, ano 14, n.61, p. 60-78, jan/mar., 1994.

_____. Representação do trabalho do professor das séries iniciais: a produção do sentido de "dedicação". In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 89, n. 223, p. 522-534, set./dez. 2008.

_____. GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>.

_____. Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Lei Dispõe sobre o apoio e integração social de pessoas com deficiência** e sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE.

_____. LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

_____. **Lei nº. 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores civis da união**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>

_____. **Lei nº. 8.213**, de 24 de julho de 1991. **Lei de cotas para pessoas com deficiência no trabalho**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8213compilado.htm

_____. **LEInº8.662**, de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/legislacao/lei8662.pdf

_____. **Lei n.º 10.436** de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei10436.txt>

_____. **Lei Nº 10.741** de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

_____. **DECRETO nº 51**, de 28 de agosto de 1989. **Aprova os textos das Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**. 1989.

www.medicinaetrabalho.med.br/

_____. **DECRETO nº 129**, de 18 de maio de 1991. **Aprova os textos das Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**. 1989. Disponíveis em:

http://www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao/legislacao_2_1.asp

_____. **DECRETO nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Lei nº 7.853, Dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com deficiência**.

<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>.

_____. **DECRETO nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, **que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras**, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec5626.pdf>

_____. **DECRETO Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 30 de março de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio - Secretaria de Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEM, 1999b.

CAMINO, L. e PEREIRA, C. (no prelo). **O papel da Psicologia na construção dos direitos humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação do Homossexualismo**. In: LACERDA (org.), Um Estudo sobre as Formas de Preconceito contra Homossexuais na Perspectiva das Representações Sociais, Psicologia: reflexão e Crítica: 2002.

CONADE - **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**. Disponível em <http://www.direitoshumanos.gov.br/pessoas-com-deficiencia-1/conade>, acesso em 13/03/2010.

CONFORTO, Simone. **Ser Surdo: Um estudo das Representações Sociais produzidas por jovens surdos**. Rio de Janeiro: UNESA, 2007.

COSTA, F. BRAGA DA. **Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

CRUZ, JOSÉ ILDON GONÇALVES DA. **CONSOLIDAÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA ESCOLAR: O olhar do surdo universitário sobre o ensino superior**. Ribeirão Preto-SP: CUML, 2007.

DECLARAÇÕES INTERNACIONAIS. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Princípios, Política e Prática em Educação Especial, junho de 1994, www.cedipod.org.br.

_____. **DECLARAÇÃO DE MADRI**, de 23 de março de 2002, www.aereal.edu.pt.

DEMO, Pedro – **Pesquisa: Princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2006.

DESCHAMPS, J. Claude; MOLINER, Pascal. **A Identidade em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FAVORITO, Wilma. **O Difícil são as palavras: representações de/sobre estabelecidos e outsiders na escolarização de jovens e adultos surdos**. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **Relatório Anual de 2004 a2008**. Rio de Janeiro: FENEIS, 2009.

FILHO, J.M.G. **A invisibilidade pública**. In: COSTA, F. BRAGA DA. **Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

FREEMAN, R. D.; CARBIN, C. F.; BOESE, R. J. *Seu filho não escuta?* Um guia para todos os que lidam com crianças surdas. Brasília/DF: CORDE, 1999.

GAIOSO, R. M; MAGALDI, J. C. M. **Educação Profissional e Serviço Social no Contexto das Pessoas Surdas**. In: 12º. CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Foz de Iguaçu, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2007.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho**. Florianópolis-SC: Oficina Editorial, 2007.

IANNI, Octávio (Org.). **Karl Marx: Sociologia**. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1980.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo. 2000a**. Disponível em <http://www.IBGE.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>, acesso em 19/01/2009.

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos. Forma de acesso. Disponível em HTTP:// www.ines.gov.br, acesso em 19/08/2010.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Formas de acesso. Disponível em HTTP://www.educacaosuperior.inep.gov.br/, acesso em 02.04.2009.

JODELET, Denise. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

KAFKA, Franz. **A Metamorfose**. São Paulo, SP: Ed. Nova Cultura, 1915/2002.

LACERDA et al. Um Estudo sobre as Formas de Preconceito contra Homossexuais na Perspectiva das Representações Sociais. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2002. p. 165-178.

LEITE, Emeli Marques Costa. **O papel do intérprete de LIBRAS em uma sala de aula inclusiva**. Dissertação de mestrado. Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2004.

LOPES, A. M. D'Ávila. **Multiculturalismo, minorias e ações afirmativas: promovendo a participação política das mulheres**. Pensar, Fortaleza, v. 11, p. 54-59, fev. 2006.

LULKIN, S. Andrés. **Atividades dramáticas com estudantes surdos**. In: C. Skliar (Org.). Educação e Exclusão. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Investigando os núcleos figurativos como metáforas. Jornada Internacional sobre Representações Sociais. Natal, 1998.

MCCLEARY, Leland. **O orgulho de ser surdo**. In: Encontro Paulista entre Intérpretes e Surdos, São Paulo: FENEIS-SP: 2003.

MEC. Secretaria de Ensino Fundamental, ano 1997. Disponível em <http://www.inep.gov.br/pesquisa>, acesso em 20/12/2010.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2009

_____. **Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história**. In: JODELET, D. (Org.). Representações sociais. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 45-64.

MULLER, R. Quadros. **Inclusão de surdos no ensino superior por meio do uso da tecnologia**. In: Ronice Quadros (Org.). Estudos Surdos III. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

NASCENTES, A. (Org.). **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora: GLOBO, 1993.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Assim falou Zaratustra. Tradução de Pietro Nassetti. Coleção Obra-Prima de cada autor. São Paulo: Martin-Claret. 1883/2001.

NOGUEIRA, M. Alice; NOGUEIRA, C.M.M. **Bourdieu & a Educação**. 3ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **CONVENÇÃO nº 111, Discriminação em matéria de emprego e profissão**, Decreto nº 62.150, de 19/1/68.

_____, **CONVENÇÃO nº 159, Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes**, Decreto nº 129, de 22/5/91.

PERLIN, Gladis T.T. **Identidades Surdas**. In: SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2010.

REIS, Joab Grana. **O Surdo e Mercado de Trabalho na Cidade de Manaus**. Manaus: UFAM, 2006.

RIZZINI, I. CASTRO, M.R., SARTOR, C.D. **Pesquisando... guia de metodologias de pesquisa para programas sociais**. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1999.

ROCHA, Solange. **O INES e a Educação de Surdos no Brasil**, vol.01, Rio de Janeiro: INES, 2008.

_____. **Memória e História: A Indagação de Esmeralda**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2010.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SHIMONO, Sumiko O. **Educação e trabalho: caminhos da inclusão na perspectiva da pessoa com deficiência**. São Paulo: USP, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu Da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: *Identidade e diferença a perspectiva dos estudos culturais*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVEIRA, Flávia F. **O trabalho: representações sociais e a identidade dos surdos**. Brasília: UNB, 2007.

SKLIAR, Carlos. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos**. In: C. Skliar (Org.). *Educação e Exclusão*. Porto Alegre: Mediação, 2010.

_____. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. (Org.) C. Skliar. Porto Alegre: Mediação, 2010.

ANEXO 1 - AUTORIZAÇÃO DO CEP/CONEP

ANEXO 2 - AUTORIZAÇÃO DO INES

ANEXO 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu,....., concordo em participar da pesquisa: **Surdez e Inserção Profissional: representações sociais de universitários surdos**, de autoria do mestrando *José Carlos Miraglia Magaldi*, sob a orientação da *Profª. Drª. Rita de Cássia Pereira Lima* e declaro estar ciente dos objetivos da mesma, de minha participação como informante, da utilização de intérprete em Língua Brasileira de Sinais – Libras, dos cuidados com o anonimato, da não veiculação de imagens, da possibilidade de desistência a qualquer tempo sem acarretar nenhum ônus para mim, de que não terei nenhum tipo de remuneração financeira e terei sigilo garantido em possíveis divulgações de resultados em eventos científicos.

Declaro, ainda, que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

....., de de

.....

Assinatura

**ANEXO 4 - FORMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DE PERFIL SÓCIO
PROFISSIONAL**

1. Nome:..... Cód. Nº.

2. Idade:..... 3. Sexo: M (...) F (...)

4. Surdez (causa/grau):.....

5. Estado Civil: 6. Escolaridade:

7. Trabalho atual: vínculo formal (.....) informal (.....)

8. Cargo:.....

9. Local de trabalho:.....

10. Tempo de serviço:..... 11. Promoção na empresa: sim (...) não (...)

Especificar:.....

12. Trabalhar anterior: vínculo formal (...) informal (...)

13. Cargo.....

14. Motivo da saída:.....

ANEXO 5 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA INDIVIDUAL

1. Diga três sinais que lhe vêm à mente quando eu digo “inserção profissional de surdos”.
2. Justifique cada um desses sinais.
3. Em resumo, o que seria inserção profissional de surdos para você?
4. Você teve alguma(s) dificuldade(s) no seu trabalho? Quais seriam?
5. Como é a sua comunicação no seu local de trabalho?
6. Você acha que existe discriminação ao surdo no mundo do trabalho? Dê exemplos.
7. Como é a sua participação nos eventos da empresa?
8. Você acha que a empresa apoia a participação do surdo nesses eventos? De que maneira?
9. Como o ingresso no curso superior repercutiu em sua vida profissional?
10. Quais são seus projetos profissionais?
11. Você participa de algum movimento social?
12. Você gostaria de acrescentar alguma coisa em relação ao que nós conversamos?